

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ACTA Nº 5 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM DEZOITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZ**

-----Aos dezoito dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, pelas dez horas dez minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1. Palestra de 30m sobre o tema "Igualdade na Diversidade" no âmbito do Programa PROGRESS, a proferir pela Dr.ª Sara Falcão Casaca;-----

-----2. Grandes Opções do Plano para o ano 2011;-----

-----3. Orçamento da Receita e da Despesa para o ano 2011;-----

-----4. Mapa de Pessoal para o ano 2011;-----

-----5. Aprovação do Modelo de Estrutura Orgânica Câmara Municipal de Porto de Mós, nos termos do Artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro;-----

-----6. Regulamento e Tabela de Taxas e outras Receitas do Município de Porto de Mós;-----

-----7. Regulamento Municipal de Apoio ao Desenvolvimento Cultural e Recreativo do Município de Porto de Mós;-----

-----8. Regulamento Municipal da Realização de Operações Urbanísticas do Município de Porto de Mós;-----

-----9. Fixação da Taxa Municipal sobre Direitos de Passagem prevista na lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro – Lei das Comunicações Electrónicas;-----

-----10. Conselho Municipal de Educação;-----

-----11. Pedido de Declaração de Investimento de Interesse para a Região pela empresa REVESPERFIL, Perfis e Revestimentos, Lda.;-----

-----12. Proposta de Alteração do PDM;-----

-----13. Alteração ao Regulamento do PDM para adaptação ao Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.;-----

-----14. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----**1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: Jose Gomes dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia de S. João Baptista – PSD/Falta Justificada), e Antonio Manuel Ferreira de Almeida (PS), que pediu a suspensão do mandato por um período de 30 dias, tendo sido substituído nos termos do artigo 77º da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5 – A /2002 de 11 de Janeiro, pelo membro seguinte da lista Antonio Pedro Porto Ribeiro Marques da Costa. -----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, e os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Fernando Manuel de Carvalho Oliveira Monteiro, Anabela Martins, Rita Cerejo, Júlio João Vieira Carreira e Luis Manuel Coelho de Almeida e a Chefe -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Divisão Neuza Morins.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 1 do artigo 52º – A, da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5 –A /2002 de 11 de Janeiro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Fernanda Pinguicha Toureiro.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia que foram consideradas justificadas pela mesa as faltas à presente sessão dadas pelos membros acima referidos face à justificação escrita e oral que estes apresentaram dentro do prazo regimental. -----

### 2. LEITURA DO EXPEDIENTE: -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez a leitura resumida do expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, dizendo que a mesma se encontra disponível para os membros que desejarem a sua consulta. -----

-----Fez depois menção aos três requerimentos que a deputada do PSD Ana Narciso lhe fez chegar, passando a ler os respectivos teores. -----

-----No primeiro com a data de 3 de Setembro, esta deputada requeria:-----

-----*Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal*

-----*Ao abrigo do artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal de Porto de Mós, venho por este meio solicitar a V. Exª. o seguinte documento: Considerando que o Centro Escolar da Cruz da Légua foi deslocalizado para as Pedreiras, solicito cópia de documento oficial que esteve na base da alteração desta decisão. Atenciosamente. Ana Narciso.*-----

-----Em 28 de Setembro, recebeu outro requerimento do seguinte teor:-----

-----*Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal--*

-----*Ao abrigo do artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal de Porto de Mós, venho por este meio solicitar a V. Exª. o seguinte documento: cópia do processo de candidatura da recuperação da Central Termoelectrica de Porto de Mós, para a qual foi pedida dois milhoes e duzentos mil euros, com o apoio previsto do FEDER a 70%, conforme contratação do empréstimo no valor de um milhão e seiscentos mil euros aprovado na Assembleia Municipal de Maio???? De 2010.*-----

-----Com data de 9 de Outubro, a mesma deputada requereu:-----

-----*Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal--*

-----*Ao abrigo do artigo 16º do Regimento da Assembleia Municipal de Porto de Mós, venho por este meio solicitar à Camara através de V. Exª. o seguinte esclarecimento: Quanto custou o novo simbolo inaugurado no dia 5 de Outubro no Largo do Rossio de Porto de Mós, a uma distancia de 30 metros de um simbolo já implantado anteriormente, conforme fotos em anexo.*-----

-----Disse depois que ainda a mesma deputada lhe deu conhecimento de uma exposição que enviou para Direcção Regional do Centro que passou a ler:-----

-----*Sou deputada municipal na Assembleia Municipal de Porto de Mós e venho por este meio alertar a Direcção Regional do Centro, para a decisão de construção de um novo Centro Escolar na Freguesia das Pedreiras. Chamo a V. atenção para o seguinte: 1. Mais de metade das crianças terão de ser transportadas para as Pedreiras uma vez que as localidades distam menos de 3 Km, como por exemplo, Pinhal Verde e Moitalina. Nesta sequência, muitos pais e encarregados de educação, não têm condições para transportar os filhos. Falamos aqui, de quase 51% de 165*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alunos. O senhor Presidente da Câmara prometeu assegurar o transporte destas crianças, o que querará dizer mais despesa; 2. Do erário publico já saíram 30 mil euros para a aquisição de um terreno inadequado. Considerando que ainda não está consumada a aquisição do novo terreno e traduzindo a preocupação actual de diminuir despesas, rentabilizar custos e otimizar recursos, pergunto se a solução não terá de ser equacionada dentro de pressupostos da Carta Educativa do Concelho, visto a mesma não estar a ser respeitada. Atenciosamente, Ana Narciso.-----

-----Disse depois que o senhor Presidente da Câmara havia sido celere nas respostas aos requerimentos da deputada, passando a ler as mesmas.-----

-----Respondeu o senhor Presidente da Câmara ao primeiro requerimento da deputada Ana Narciso:-----

-----Em resposta ao ofício nº 5936, de 01.10.2010, venho por este meio enviar em anexo, cópia do ofício enviado pela DREC, com referencia S-18798 de 2010, datado de 24.06.2010, que vem dar resposta à questão colocada pela senhora deputada municipal Ana Narciso relativamente ao Centro Escolar de Cruz da Légua. Com os melhores cumprimentos.-----

-----Assegurando-se de que a deputada havia recebido a cópia do ofício enviado pela DREC, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que assim se escusaria de o voltar a ler uma vez que já o havia feito na anterior sessão. -----

-----Ao segundo requerimento – resposta ao pedido de informação sobre a recuperação da Central Termo Electrica de Porto de Mós – respondeu o senhor Presidente da Câmara o seguinte: ----

-----Sobre o pedido acima referido e em resposta ao ofício refº 5935, de 01.10.2010, cumpre-me informar o seguinte: o empréstimo referido e aprovado pela Assembleia Municipal para a recuperação da Central Termoelectrica de Porto de Mós, não é de um milhão e seiscentos mil euros, mas sim de trezentos e cinquenta mil euros. Quanto à questão do processo de candidatura, não é possível disponibilizar cópia do mesmo, uma vez que não existe candidatura formal, mas sim contratualização no âmbito da CIMPL – Comunidade Inter Municipal do Pinhal Litoral. Com os melhores cumprimentos. -----

-----Finalmente, em resposta ao último requerimento, o senhor Presidente da Câmara informou:--

-----Em resposta ao ofício refº 6116 de 14.10.2010, cumpre informar: o Cruzeiro que foi inaugurado no passado dia 5 de Outubro é uma réplica de um cruzeiro que em tempos existiu muito próximo daquele local. Tal cruzeiro, segundo algumas testemunhas terá sido partido e armazenado nas trazeiras da Igreja de S. Pedro, de onde desapareceu há alguns anos. Foi neste sentido e no seguimento da política que tem vindo a ser seguida por este executivo, no que diz respeito à recuperação do património histórico da vila – exemplos: Igreja de S. Pedro, Igreja de S. João, Cemitério Velho, Cruz do Sabugueiro, limpeza da forca, recuperação da ponte conhecida como Ponte de Pau, consolidação do arco da ponte nova sobre o Rio Lena, pintura da Capela de Santo Antonio, entre outros – que este decidiu abraçar este projecto da autoria de um jovem canteiro do concelho, com o custo de doze mil euros. Esta réplica, cuja execução foi acompanhada por um conhecido Professor Universitário, retrata fielmente o referido cruzeiro, que em tempos ali existiu, cuja fotografia tem sido publicada em vários documentos históricos do concelho, ornamentado em dia festivo com uma imagem de Nossa Senhora e circundado por uma grinalda de flores e verdura. Pelo exposto, estou certo de ter dado resposta à preocupação da senhora deputada municipal Ana Narciso, relativamente ao gosto que tem de ver o património da sua terra bem tratado e enriquecido, ao invés da pena que teria em saber que em tempos esta peça histórica tinha sido maltratada e destruída. Com os melhores cumprimentos.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Fez ainda referencia à correspondencia recebida por parte de dois municipes, um dos quais – Telmo Conceição – lhe faz algumas sugestões quanto à alteração do Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----Acerca deste assunto, disse que na próxima Assembleia Municipal iria introduzir um ponto na Ordem de Trabalhos, com vista à alteração do Regimento da Assembleia que tem a ver essencialmente com o periodo destinado ao uso da palavra, por parte do público. -----

-----Disse ainda que tambem o munícipe José Conteiro estará presente nesta Assembleia com alguns camaradas ex-combatentes, para fazer uma pequena introdução, no espaço dedicado ao publico, sobre os mortos do nosso concelho, na Guerra Colonial.-----

-----Fez por fim uma pequena alusão à palestra que foi promovida por esta Assembleia Municipal por ocasião das Comemorações da República agradecendo reiteradamente à Câmara Municipal a gentileza e o profissionalismo como recebeu os convidados no Castelo de Porto de Mós de uma forma institucional que muito dignificou o nosso concelho. Sobre as palestras, esta e a anterior, disse constituírem para si um motivo de reflexão, porque para além do trabalho e da despesa que acarreta a sua organização, fica um sentimento de tristeza por não haver retorno. Continuou dizendo, que principalmente nesta ultima em que pediu reiteradamente aos deputados que prestigiassem com a sua presença esta palestra, verificou que menos de um terço desta Assembleia esteve presente, não havendo também por parte do público grande adesão. Disse ainda que tinha pensado organizar para comemorar o 25 de Abril algo de semelhante, mas perante este cenário, disse que iria reflectir sobre o assunto.-----

### 3. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:-----

-----Foi posta a discussão a acta da sessão anterior. Não havendo pedidos de intervenção, foi a mesma posta a votação, tendo sido **aprovada por maioria, com três abstenções**.-----

-----Passou depois a informar que o ponto 1 da Ordem de Trabalhos não iria ter lugar, dado que a Associação que lhe havia pedido uma Assembleia Extraordinária, informou ontem, que por motivo de doença, a palestrante não poderia estar presente.-----

### PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----Entrando neste período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, pediu aos deputados que quisessem de facto intervir neste período, que se inscrevessem desde já.-----

### **António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que queria aqui referir dois assuntos, e que um deles tinha a ver com o desastre da escola. Disse ter visto com satisfação a colaboração da Câmara Municipal numa brochura que chegou a casa dos portomosenses, através do jornal "O Portomosense" que felicita pela iniciativa. Sugeriu ainda que a Câmara Municipal promovesse uma iniciativa doutro cariz, por altura dos 75 anos desta tragédia, o que acontecerá no próximo ano.-----

-----Fez depois menção ao senhor Herlander e ao espólio sobre Porto de Mós de que o mesmo é detentor, sugerindo que o executivo deveria aproveitar a oportunidade para negociar os documentos históricos que este possui.-----

-----O segundo ponto tem a ver com três nomes do concelho que levaram o nome de Porto de Mós mais longe, por aquilo que têm feito quanto às actividades em que estão inseridos. Disse depois que já apresentou na mesa três votos de louvor a que gostaria que esta Assembleia se associasse, dizendo que uma tem a ver com a atribuição da Medalha de Mérito Industrial ao senhor Artur

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Meneses, por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, pelo seu contributo para o desenvolvimento da região através da administração do Grupo Meneses, outro refere-se a Samuel Martins, investigador e portomosense e que recebeu o prémio IBM 2009 e por último, Samuel Mota, que ganhou uma medalha de ouro e outra de prata na área da culinária.

**António da Conceição Ferraria (CDU):**

Disse que a algumas das questões que aqui colocou já foi dada resposta, pois já foi arranjada a estrada da Bezerra e as estradas da Pia Carneira já sofreram algumas intervenções. Referiu-se depois ao problema de água em Alqueidão da Serra, pois a população diz que todas as semanas tem que se deslocar lá uma equipa do município para fazer reparações. Quanto ao muro da ADP, disse que gostaria que o senhor Presidente da Câmara lhe desse algumas perspectivas sobre a resolução daquele problema.

**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**

Depois de cumprimentar todos os presentes, disse que iria começar por um dos parágrafos da resposta que lhe foi dada pelo senhor Presidente da Câmara, quanto ao pedido de esclarecimento sobre o Cruzeiro implantado no Largo do Rossio, perguntando o nome do Professor Universitário que acompanhou os trabalhos de execução da obra, porque acharia interessante colocar-lhe uma questão definitiva, e que seria, se é de facto um cruzeiro ou se é outra coisa qualquer.

Dirigindo-se depois directamente ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, salientou que este disse numa das ultimas sessões, referindo-se ao Quartel dos Bombeiros, que o problema estava a ser resolvido, perguntando, e uma vez que se envolveu directamente no assunto, se, volvidos todos estes meses, tem alguma informação que possa prestar a esta Assembleia acerca do assunto em questão.

Acerca do Centro de Saúde, sugeriu ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, como médico e como cidadão, que fosse ao Centro de Saúde verificar a falta de condições de trabalho e de material com que os clínicos se debatem. Acrescentou ainda que, numa das ultimas sessões o senhor Presidente da Assembleia disse que tinha a certeza que a saúde no concelho estava garantida e com qualidade, dizendo que gostaria que numa das próximas sessões trouxesse aqui à Assembleia o testemunho das condições em que essa actividade é desenvolvida, servindo até de prospecção para o futuro para se tentar perceber o que é que o Centro de Saúde está a projectar para o futuro da saúde no concelho.

Elogiou depois o postal de Natal que lhe havia sido entregue bem como a iniciativa do Pinheirinho de Natal que deve continuar.

**Carlos Alberto Rosa Vieira (PSD):**

Disse querer congratular-se pela réplica do Cruzeiro passando a fazer uma breve resenha acerca da execução do mesmo, elogiando o jovem canteiro que foi o seu autor. Respondeu depois a Ana Narciso, confirmando que se trata efectivamente de um cruzeiro e que de facto em Porto de Mós houve um pelourinho mas ninguém sabe que foi feito dele e que portanto o que existem em porto de Mós, são dois cruzeiros.

Congratulou-se depois pelo facto de finalmente, e um ano depois, o fotocopador da escola do Alqueidão da Serra começar enfim, a funcionar.

Disse ainda que ouviu aqui falar do Centro de Saúde de Porto de Mós, referindo que as populações das aldeias estão seguramente pior, tendo o Alqueidão da Serra ficado praticamente um mês sem médico, estando em causa o serviço de saúde a uma população que está cada vez mais idosa e a precisar de maiores cuidados.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Referindo-se às Conferencias que foram promovidas pela Assembleia Municipal, disse ter estado presente na ultima, elogiando o evento. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia Municipal disse-lhe que não deve nunca desistir destas iniciativas apenas pelo facto de o publico portomosense não aderir, sendo esse um caminho que tem que se fazer. -----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que iria agora passar a responder à deputada Ana Narciso, uma vez que esta lhe dirigiu algumas perguntas, afirmando que quando se candidatou a Presidente da Assembleia, conforme teve oportunidade de dizer publicamente, reafirmando-o hoje, não está aqui para fazer protagonismo politico, nem tem ambições politicas, dizendo que veio prestar um serviço, e portanto a sua função de Presidente da Assembleia Municipal, tal como a entende, não é andar na ribalta em busca de protagonismos nem substituir poderes executivos. A sua função é unir o que está disperso. Continuou dizendo que foi abordado pela Direcção dos Bombeiros Voluntários para tentar desbloquear, talvez um mal-entendido que existiria entre a Direcção dos Bombeiros e o poder executivo da Câmara Municipal. Continuou dizendo que teve uma reunião com a Direcção dos Bombeiros, onde disse que não queria protagonismo nenhum, não queria sequer que se soubesse que tinha intervido e que iria intermediar uma relação com a Câmara. Disse que foi esse o acordo que fez com a Direcção dos Bombeiros. Disse ainda haver sabido, apesar de nunca mais ter tido nenhum *feedback*, pela Câmara Municipal, que tinha havido uma reunião com a Direcção dos Bombeiros e que haviam chegado a um ponto de partida para alguma coisa, dizendo que a sua intervenção em todo este processo, terminou aí. Acrescentou ainda que o seu papel não é andar a traçar directivas sobre o quer que seja, a não ser que lhe seja solicitado, o que não voltou a acontecer. Continuou ainda dizendo, que alguns dias depois teve lugar aqui a sessão da Assembleia Municipal, altura em que disse à deputada Ana Narciso que ela estaria mal informada, quando esta dizia que havia um silêncio entre a Câmara e os Bombeiros há cerca de dois anos. Disse ainda que foi com muita mágoa que viu uma afirmação pública, escrita pela deputada Ana Narciso, dizendo que ele tinha sonogado informação à Assembleia Municipal, porque isso será uma coisa que não fará nunca, só que também não viria dizer aqui para a Assembleia que tinha intermediado o conflito, dizendo ainda que, sempre que alguém, em prol do concelho e dos interesses desta terra, lhe pedir a sua acção, poderá ter a certeza absoluta de que a irá ter, mas sem protagonismos, por não os querer e por não ser essa a maneira como entende o seu papel de Presidente da Assembleia Municipal. -----

-----Continuou a sua intervenção, agora relativamente ao Centro de Saúde de Porto de Mós, dizendo que lhe foi pedido que esclarecesse esta Assembleia sobre o modo como a criação da Unidade de Saude Familiar iria ou não interferir sobre o serviço que estava a ser prestado no Centro de Saúde. Disse depois que se deslocou à ARS de Leiria onde falou com o seu Presidente, tendo trazido a informação para esta Assembleia. Disse depois que não assegurou a esta Assembleia que os serviços de saude iriam ser excelentes, tendo apenas transmitido a esta Assembleia a informação que o Presidente da ARS de Leiria lhe prestou.-----

-----Sobre as condições como os seus colegas estão a trabalhar no Centro de Saúde, disse, não lhe competir a si, salvo melhor opinião, ir investigar, dizendo que se os médicos não têm condições de trabalho e se acham que não estão nas condições ideais só têm que participar ao Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de a Assembleia Municipal interferir para que eles possam ter as condições que julguem adequadas e que digam quais são, se acharem que esta lhes pode ser util em alguma coisa. Disse ainda que não pode nem deve substituir o poder executivo e que não o fará.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, depois de terminar o seu esclarecimento, passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, afim de este responder aos anteriores intervenientes.-----

-----O senhor Presidente da Câmara no uso da palavra, agradeceu as palavras que **Antonio Pires** lhe dirigiu acerca do documento que foi distribuido em anexo ao jornal "O Portomosense", sobre o Desastre da Escola, dizendo que essa distribuição foi depois alargada à restante população

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e que os custos dessa brochura foi inteiramente suportada pela Câmara Municipal, não obstante toda a disponibilidade que o jornal demonstrou para a sua distribuição. -----

-----Referiu-se ainda às palavras que **Antonio Pires** proferiu acerca do espólio que o senhor Herlander possui relativamente a esta tragédia que ocorreu em Porto de Mós há 74 anos, dizendo que já está falado e combinado com este senhor fazer para o ano, aquando dos 75 anos, uma edição mais alargada que integre a documentação que aquele possui.-----

-----Quanto aos votos de louvor apresentados às personalidades aqui evocadas, disse subscrever, dizendo que enquanto Presidente da Câmara lhe apraz solidarizar-se com estas honrosas distinções. -----

-----A **Antonio Ferraria** disse que uma das grandes preocupações do executivo é o estado das estradas em S. Bento, referindo que aquelas nunca levaram tapetes, mas sim rega de alcatrão que tem um tempo de duração muito curto – 7/8 anos – prazo que se está agora a vencer, estando as estradas em muito mau estado. Referiu ainda que está programado proceder-se a algumas pavimentações em pavimentos mais degradados naquela freguesia. Disse ainda que o que está previsto é colocar essas pavimentações após a instalação da rede de águas exemplificando com o que vai acontecer em Penedos Belos. -----

-----Quanto ao muro da ADP, disse que é contra a sua execução e que ele fruto da teimosia de alguém que quer ali fazer um muro, tendo já dito que a Câmara não suportará os custos daquela obra.-----

-----Quanto a **Ana Narciso** respondeu que o professor universitário a que se referiu é o professor Saul Antonio Gomes, que colaborou com o canteiro que executou a obra, tendo-o acompanhado na pesquisa. Disse ainda que esta obra, em termos de tamanho, estará em principio no tamanho real, pois existe uma obra muito identica, supostamente feita pelo mesmo escultor, que o professor Saul Antonio Gomes também identificou, na zona de Aveiro, sendo que este cruzeiro tem as mesmas dimensões daquela.-----

-----No que se refere ao Quartel dos Bombeiros, disse ter sido maltratado pela anterior Direcção, não guardando no entanto, qualquer tipo de rancor, porque para si os Bombeiros enquanto instituição não têm que ver com as direcções. Pediu depois que não se politize a relação dos Bombeiros com a Câmara Municipal de Porto de Mós.-----

-----Ainda quanto à questão do Quartel dos Bombeiros, disse ter vindo a acompanhar de perto esta situação salientando que o espaço onde a direcção dos Bombeiros queria a construção do novo quartel, não é possível, porque se trata de leito de cheia do Rio Lena, estando a procurar um local próximo deste, terrenos esses que continuam a ser RAN e REN. Continuou ainda dizendo que o local onde os Bombeiros queriam construir, está abrangido pelo Plano de Pormenor da Varzea sendo aquela zona desportiva. Acrescentou depois que se está a trabalhar no sentido de o Quartel dos Bombeiros ser construído por detrás do relvado sintético, já fora da Zona de Pormenor. Reforçou ainda que não deve ser a Câmara a dizer onde o Quartel será construído mas sim os Bombeiros, estando a Câmara disponível para apoiar na aquisição do terreno.-----

-----No que se refere à falta de condições de trabalho no Centro de Saúde, disse não ser isso da competência da Câmara Municipal, mas que iria tentar saber o que se passa relativamente a esta questão.-----

-----Quanto ao cartão de boas festas, disse ser uma iniciativa dos Pelouros da Educação e da Cultura, que promoveram o concurso entre as várias escolas tendo ganho o Jardim de Infância do Tojal, sendo este o resultado final.-----

-----A **Carlos Vieira** disse que o local onde existiu o Cruzeiro original é muito próximo daquele onde se encontra agora a réplica realçando a necessidade de preservar e recuperar o património histórico e cultural do concelho.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Falou depois sobre o problema da saúde, dizendo que o concelho vai ter a curto prazo um grave problema de falta de médicos, dado que sendo praticamente todos da mesma geração, o período de aposentação chegará para todos em simultâneo.-----

-----**Antonio Ferraria** pediu para que o senhor Presidente da Câmara respondesse relativamente ao problema da água em Alqueidão da Serra, tendo este dito que a situação está agora muito melhor e que a situação a que o deputado Antonio Ferraria se está a referir não teve a ver com roturas no concelho de Porto de Mós mas sim com uma rotura na conduta da Batalha, pois Alqueidão da Serra ainda é abastecido pelo sistema da Batalha.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou depois a ler os três votos de Louvor que foram presentes à mesa pela bancada do Partido Social Democrata, e que a seguir se transcrevem:-----

### -----VOTO DE LOUVOR-----

-----*Depois de terem sido integradas pela Assembleia da República no "Roteiro das Comunidades Locais Inovadoras", as empresas do Grupo Meneses, tiraram a visita, no passado dia 7 de Maio, de Sua Excelência o Presidente da República. Como consequência desta visita, foi o Presidente do conselho de Administração do Grupo Meneses, Sr. Artur Alves da Silva Meneses, agraciado, por Sua Excelência o Presidente da República, com a medalha de mérito industrial.-----*

-----*Tratando-se de um reconhecimento do mais alto Magistrado da Nação, não poderia a Assembleia Municipal de Porto de Mós, deixar de se associar a este reconhecimento público, congratulando-se com a comenda atribuída a este Ilustre Portomosesense, com provas das a vários níveis, dos quais salientamos o industrial exemplar e benemérito.-----*

-----*Ao senhor Artur Meneses, que contra tudo e contra todos, continua a inovar e a manter a cotação da indústria portomosesense em alta, os parabéns e o reconhecimento desta Assembleia Municipal pela forma como, através das suas empresas, tem levado o nome de Porto de Mós pelo mundo. Também aqui, temos de relevar a criação dos muitos postos de trabalho de que têm usufruído, directa e indirectamente, muitos portomosesenses e não só.-----*

-----*Ao senhor Artur Meneses e ao seu núcleo familiar, alavanca fundamental na obtenção do êxito, o reconhecido mérito da Assembleia Municipal na obtenção da Comenda de Mérito Industrial.-----*

-----*Porto de Mós, 18 de Dezembro de 2010. (Os Eleitos do PSD)-----*

### -----Voto de Louvor a Samuel Mota pela Medalha de Ouro na modalidade de Menu Quente e a Medalha de Prata na Mesa de Exibição-----

-----*Considerando que;-----*

-----*Samuel Mota conquistou duas medalhas: uma de ouro na Modalidade de Menu Quente e outra de Prata na modalidade Mesa de Exibição, feito este alcançado pela primeira vez, por Portugal em 18 anos;-----*

-----*A participação em foruns internacionais prestigia os nossos jovens e o nosso Concelho;-----*

-----*O Partido Social Democrata tem a honra de propor a esta Assembleia Municipal a aprovação de um voto de louvor a Samuel Mota, não só pelo mérito do seu trabalho como também pelo exemplo que este jovem cozinheiro de excelência e Portomosesense, pode transmitir a outros jovens.-----*

-----*Porto de Mós, 18 de Dezembro de 2010. (O Grupo de Deputados do PSD).-----*

### -----Voto de Louvor a Samuel Martins por ter sido o vencedor do Prémio Científico IBM 2009-----

-----*Considerando que;-----*

-----*É com muita satisfação que vemos o jovem portomosesense Samuel Martins, como vencedor do Prémio Científico IBM 2009, prémio este que distingue o contributo de trabalhos de investigação para o desenvolvimento das Ciências da Computação e Tecnologias de Informação, feito também reconhecido por sua Excelência o Presidente da República.-----*

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Atendendo ao feito deste jovem portomense, o Partido Social Democrata tem a honra de propor a esta Assembleia Municipal a aprovação de um voto de louvor a Samuel Martins, não só pelo mérito do seu trabalho como também pelo exemplo que este jovem investigador de excelência pode transmitir a outros jovens.-----

-----Porto de Mós, 18 de Dezembro de 2010. (O Grupo de Deputados do PSD na Assembleia Municipal).-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, passou depois a perguntar se alguém queria intervir sobre este assunto e não o tendo feito ninguém, pôs a votação o primeiro voto de louvor relativo ao senhor Artur Meneses, que **foi aprovado por maioria, com a abstenção do deputado municipal Pedro Vieira (PS)**. Perguntou depois ao executivo municipal se pretendia associar-se a este voto de louvor, tendo o senhor Presidente da Câmara Municipal, dito que sim, e que estava solidário com esta proposta do grupo municipal do PSD.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, continuou depois, referindo-se ao voto de louvor relativo a Samuel Mota, pedindo que se corrigisse o nome do homenageado para **Samuel José Ferreira** tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**, associando-se a Câmara ao mesmo.-

-----Quanto ao voto de louvor proposto a **Samuel Martins**, foi igualmente posto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**, e igualmente se associando a Câmara a este. -----

### -----PERIODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----**2. Grandes Opções do Plano para o ano 2011 e 3. Orçamento da Receita e da Despesa para o ano 2011 :**-----

-----O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para explanar este ponto da Ordem de Trabalhos e sugerindo que este ponto e o seguinte – Discussão do Orçamento sejam discutidos em conjunto face à interligação que existe entre eles. Passou depois a dizer que as Grandes Opções do Plano para o ano de 2011, são fortemente condicionadas por alguns factores externos à Câmara. O Plano de Actividades é um plano previsional para 2011, tendo duas grandes condicionantes logo à partida, sendo uma delas os apoios do QREN e a outra que tem a ver com a conjuntura financeira que todos atravessamos e que não é alheia ao executivo municipal. Disse depois que iria apenas referir algumas das obras que considera relevantes neste Plano de Actividades para o ano de 2011, destacando nomeadamente a ampliação do Quartel da GNR de Porto de Mós, pela importância que cada vez mais esta estrutura tem assumido no contexto estratégico da GNR ao nível do distrito, tendo já assumido o compromisso com a GNR de proceder à elaboração do projecto. No que se refere à Protecção Civil Contra Incendios, disse haver uma obra que não pode deixar de referir e que tem a ver com a helipista de Alcaria, realçando a importância que esta estrutura tem estrategicamente a nível nacional.-----

-----Fez depois menção ainda à verba disponível para aquisição de terreno para construção do Quartel do Bombeiros de Porto de Mós, dizendo que sendo simbólica, poderá vir a ser reforçada no caso de esta situação vir a ser desbloqueada, bem como a previsão de verba para aquisição de viaturas para esta estrutura concelhia. -----

-----Referiu depois o facto de se manter aqui o Polo Escolar da Cruz da Légua, apesar de o mesmo não se vir a concretizar justificando isso para garantir a aprovação do empréstimo de um milhão e seiscentos mil euros que foi feito, e em que uma parte estava exactamente afectada à construção desse centro escolar, dizendo ter no entanto dúvidas de que o mesmo venha a ser aprovado por causa do PEC que entrou em vigor dias antes da aprovação daquele empréstimo. Esclareceu ainda que, mesmo que o empréstimo venha a ser aprovado em sede de Tribunal de Contas apesar destas vicissitudes, não há hipótese de que o dinheiro que foi aprovado para a construção do Centro Escolar da Cruz Légua seja transferido para uma outra obra, pelo que essa parcela não será tocada. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Continuou, fazendo referencia às verbas que estão previstas para o Parque Escolar do concelho, fazendo menção às necessidades de intervenção em várias escolas do concelho. Pronunciou-se depois sobre o Centro Escolar das Pedreiras dizendo que o terreno para a sua construção já foi adquirido e o projecto adjudicado. Acrescentou ainda quanto a este assunto que apesar da resistencia que inicialmente foi feita, muita gente já concorda com a construção deste Centro Escolar.-----

-----Referiu-se ainda à necessidade de ampliação da EB 1 de Porto de Mós salientando a necessidade da negociação dos terrenos envolventes com vista a essa ampliação. -----

-----Na área da Saude, referiu-se ao Centro de Saude do Juncal e à excelente obra que ali se encontra salientando os elogios de que a mesma já foi alvo e dizendo que se trata de uma obra que já foi integralmente paga pelo cofres do municipio, esperando agora receber as comparticipações que lhe competem.-----

-----Passou depois a referir o apoio que a Câmara está a dar à Unidade de Cuidados Continuadoss que a Santa Casa da Misericordia está a levar a efeito e que representa uma grande mais valia para Porto de Mós.-----

-----Continuou, fazendo uma breve menção ao PDM, dizendo que pela parte da Câmara está praticamente concluido, restando adequá-lo ao PROT, que o condiciona. Enquanto o PROT não for aprovado, o PDM de Porto de Mós não pode avançar. -----

-----Referiu-se ainda à recuperação da Central Termoeléctrica, que está contratualizada em termos de QREN, estando o projecto para ser adjudicado-----

-----Fez depois uma breve referencia a inauguração da Casa da Cultura de Mira de Aire, que terá lugar na noite do dia 25 de Dezembro, passando a convidar todos os presentes, salientando que os arranjos exteriores não irão estar concluidos intencionalmente, porque se pretende ali criar um espaço verde, coisa que o tempo de inverno não permite, valorizando e dignificando assim aquela infra-estrutura tão importante para Mira de Aire e para todo o concelho. -----

-----Fez ainda alguns comentários acerca do Parque Verde da Vila, dizendo que já lá andam os jardineiros preparando os terrenos para a parte de arborizações e jardins. Fez ainda menção aos comentários de que esta obra tem sido alvo, esclarecendo que se trata de um espaço de lazer, onde as pessoas possam usufruir de uma esplanada, de um espaço onde as crianças possam brincar e conviver, o que implica que existam infra-estruturas de apoio, dizendo ainda que estamos bem servidos quanto a parques verdes, referindo-se à serra.-----

-----Referiu-se ainda à execução da 3ª fase da Zona Industrial de Porto de Mós, como sendo a grande opção deste executivo, estando a mesma já em execução e tendo já Visto do Tribunal de Contas e financiamento garantido, dizendo ainda que o nó estratégico do IC9 a torna numa das zonas industriais mais apeteciveis da zona centro, estando já a sentir-se esses efeitos com o aumento da procura de lotes por parte de empresas que aqui se querem instalar. -----

-----Continuou depois elencando as diversas rubricas que constam do documento oportunamente distribuído por todos os presentes. -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a usar da palavra para perguntar aos deputados municipais se ninguem se opunha a que o executivo passasse a explanar o Orçamento para o ano de 2011, fazendo-se depois a discussão dos dois documentos em conjunto, dada a interligação que existe entre eles.-----

-----Respondeu ainda à deputada Ana Narciso que entretanto perguntou quem era neste momento o lider da bancada do Partido Socialista, tendo dito que nesta sessão era o deputado Joaquim Santiago Virgilio Alves.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Deu depois a palavra à Câmara Municipal que passou a apresentar o **Orçamento da Receita e da Despesa para o Ano de 2011**, através do seu Vice Presidente.-----

-----Usando da palavra o senhor Vice-Presidente, disse que apresentar o Orçamento se tornava relativamente fácil, depois do que o senhor Presidente da Câmara havia dito relativamente ao Plano de Actividades, que é um documento que está intimamente ligado com o Orçamento. Disse depois que o Orçamento é antecedido de 23 páginas de relatório, que presume seja perceptível, e que foi feito a pensar em dar expressão às verbas que estão no Orçamento propriamente dito. -----

-----Passou depois a referir que em termos de intervenção do executivo nas despesas correntes, este tem muito pouco poder de intervenção naquelas, pois se trata de despesas com pessoal, serviços das escolas, nomeadamente refeições com preços fixados superiormente em que a Câmara não pode intervir, podendo dizer-se que estão afectadas, mas não podendo ser controlados pelo executivo. -----

-----No que se refere à receita, referiu que há uma quebra significativa no que se refere aos impostos directos e indirectos e que decorre da conjuntura económica em que vivemos sendo também o município afectado. -----

-----Em resumo, disse tratar-se de um Orçamento feito em dois focos: primeiro, dando continuidade ao orçamento que vem atrás e às obras que estão em curso e outras que serão iniciadas na procura de dar resposta aos compromissos eleitorais e ao programa que vem atrás, sendo além disso, obras que são reconhecidas por todos como estruturais e de interesse fundamental para o desenvolvimento do concelho. Depois, continuou, não poderia jamais ser um Orçamento expansionista, aparecendo reduzido em cerca de 2,5% face ao Orçamento inicial para 2010, face à redução real sentida por todos.-----

-----Continuou dizendo que este Orçamento aparece de facto com algum grau de empolamento, mas que ainda assim menor que o do ano passado, resultando este de dois factores: 1º – de cerca de três milhões de euros, valor que se estima que seja da dívida de curto prazo que está contida neste orçamento, estando assim influenciado por este factor de incerteza, sendo certo que este factor aumenta na directa medida do aumento de obras cuja execução não controlamos, por dependerem de entidades externas, como são as obras do QREN.-----

-----Referiu-se ainda à capa do documento, dizendo do esforço que o município está a fazer no sentido da uniformização da imagem de todos os documentos.-----

-----**Joaquim Santiago Virgilio Alves (PS):**-----

-----Usando da palavra referiu-se a obras a levar a efeito no Juncal. Fez depois o paralelismo entre o Quartel dos Bombeiros de Porto de Mós e o Salão Paroquial do Juncal, dizendo que as obras são da responsabilidade das respectivas instituições cabendo depois à Câmara a comparticipação dessa execução. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Disse que iria direccionar a sua intervenção essencialmente para o Orçamento mas não sem antes referir uma curiosidade, e que é o facto de a ligação da estrada Ribeira de Baixo/Tojal, que em 2009 estava prevista, continuar a constar do Plano de Actividades.-----

-----Disse compreender que o Orçamento é uma previsão, mas que já é tempo de se saber que temos que ajustar as nossas previsões à realidade, porque a execução orçamental desde 2003, anda entre 60% e 70%, sensivelmente. Fez depois a comparação entre a execução orçamental entre 2009 e o que está agora previsto, dado que não dispõe de dados de 2010.-----

-----Depois de fazer uma análise aos numeros apresentados, terminou perguntando ao senhor Presidente da Câmara, como é que desta forma se iria resolver o problema das infra-estruturas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

deste Concelho, nomeadamente do saneamento.

**Antonio da Conceição Ferrária (CDU):**

Usando da palavra disse que o Estado também tem muita responsabilidade na crise que o nosso país está a atravessar, não sendo a culpa só da crise internacional. Disse depois que concorda que se deve dar prioridade ao desenvolvimento económico, como sejam os parques industriais, que possibilitem a criação de emprego e o desenvolvimento do concelho, pelo que acha que devia haver aqui transferência de verbas de umas rubricas para outras, acrescentando que não é contra a execução das obras desde que haja meios para o fazer, passando a referir-se concretamente à Ecopista, ao arranjo do Castelo, do Cine-teatro, perguntando se são assim tão prioritários e se não seria melhor o aproveitamento dessas verbas para o desenvolvimento mais rápido por exemplo, do Parque Industrial de Porto de Mós.

Quanto ao Orçamento referiu-se à incerteza das verbas do QREN, dizendo não ser este um Orçamento realista por se estarem a considerar verbas que não se tem a certeza se e quando vêm.

**Manuel Correia Vala (PSD):**

Interveio, dizendo, que no Relatório a Câmara perspectiva aquilo que poderá vir a ser o ano de 2011, dizendo verificar que existem lá duas certeza e uma duvida. A primeira certeza é que estamos em crise e que provavelmente para o ano estaremos piores, porque o agravamento dos custos vai ser generalizado. A segunda certeza é que há necessidade de poupar e de evitar gastar dinheiro em coisas que não sejam essenciais, achando que todos estarão de acordo. No entanto, é sua convicção de que a fatia grande do orçamento daquilo que são as chamadas despesas correntes, está comprometida à partida, isto é salários e bens e serviços, que valem 90% da despesa corrente restando 10%.

Quanto à dúvida é relativa às receitas de capital e os indicadores históricos não abonam a que se tenham grandes perspectivas de que para o ano poderá ser melhor, esperando que esse dinheiro venha sendo que a própria Câmara diz que isso iria suavizar o que se pensa que vai ser o ano que vem.

Concluindo, disse que a Câmara não irá ter um ano muito fácil, tendo que poupar onde puder, porque se não for assim, terá que endividar-se mais.

**António Pereira Carvalho (PS):**

Disse que se está aqui para aprovar as duas peças que irão condicionar e encaminhar a actividade do executivo no próximo ano.

As escolhas são sempre limitadas pois o dinheiro é um bem escasso e muitas das necessidades que existem terão que ser deixadas para o futuro. Verifica no entanto com alegria a proposta de resolução do problema da água no Alqueidão da Serra, esperando que seja desta vez.

Disse depois, que naturalmente as escolhas foram muito condicionadas pela existência do QREN. Outra situação onde também existem investimentos avultados e que são esses que nos vão ajudar a ter receitas em termos de futuro dizem respeito ao Parque Industrial, dizendo que se justificam plenamente.

Referiu ainda que as escolhas feitas lhe parecem equilibradas, sendo que os documentos lhe parecem claros e bem elaborados, razões pelas quais votará a favor.

**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Começou por saudar o facto de os documentos da Câmara passarem a ter todos a mesma orientação em termos visuais.-----

-----Acerca das escolhas que estão aqui presentes e que tem sido objecto de todas as intervenções, disse quer de facto há escolhas e estas são políticas e será sobre essas que se irá pronunciar.-----

-----Referiu-se depois ao erro de redacção que o senhor Vice-presidente referiu na página 17 do Relatório, dizendo que há mais do que isso, apontando que há mais páginas, mais itens e mais artigos, que foram pura e simplesmente copiados sem qualquer preocupação, numa atitude quase displicente em relação ao documento. No que se refere às escolhas, disse ser evidente que há menos dinheiro para distribuir, mas ainda assim há escolhas que têm que ser feitas. Disse ainda que, da leitura do documento resultou encontrar cinco eixos, que traduzem a forma como estão elencadas as preocupações e as escolhas deste executivo. Disse depois que colocaria a primeira escolha num eixo de cosmética, com a colocação de pavimentos e outros que tais, e jardins, que são apresentados como verde, mas que de verde têm pouco. Num segundo eixo há uma preocupação que é a reparação de erros – aquisição de terrenos que entretanto não tiveram o uso para o qual foram adquiridos (o caso da Cruz da Léguas) e outros que lhe parece estarem a ser adquiridos a um preço excessivo, atendendo ao uso a que se destinam, merecendo-lhe algum reparo. Continuou ainda dizendo que um terceiro eixo, será o que entende de propaganda – entre boletins municipais, publicidade, serviços pagos a entidades exteriores à Câmara, quando ouviu em plena campanha o senhor Presidente dizer que uma das suas intenções era otimizar os serviços da Câmara para fazer projectos, dizendo não ser isso que vê aqui, havendo nesta área em termos de orçamento cerca de seiscentos e oitenta mil euros de despesa prevista, achando ser um erro face à crise que temos. O quarto eixo disse ser reedição sem justificação, esclarecendo que o Cruzeiro pode ser muito interessante, mas já tínhamos um, e já tínhamos um cine-teatro e ficámos com dois, um em elevado estado de degradação e o outro em Mira de Aire que está a sorver imenso dinheiro, esperando que seja uma ótima aquisição para o desenvolvimento do concelho. O quinto e último eixo são promessas adiadas e que não são para cumprir, disse, referindo a questão do Centro Escolar de Pedreiras, fazendo ainda menção ao facto de o Juncal ter sido apenas contemplado com um telheiro, e estando esta freguesia ausente das preocupações do executivo, é evidente que a educação não está a ser pensada em termos do concelho. Referiu-se ainda à questão da recuperação da Central Termoelectrica, dizendo que lhe parece estar apenas em projecto, não havendo a formalização da candidatura. Concluindo, disse que não vê soluções para a dinamização cultural, turística, científica e económica da município, sem esquecer que a parte social, que tão bem foi diagnosticada pela vereadora Rita Cerejo no Portomosense, que tem apenas uma rubrica meramente residual, numa área em que a Câmara terá que intervir cada vez mais. -----

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):**-----

-----Disse querer esclarecer o caso da fotocopiadora da escola, dizendo que esteve um ano por arranjar, havendo um orçamento verbal de cerca de duzentos e tal euros. Disse que depois houve uma das mães das crianças que se disponibilizou para contribuir para a resolução do problema, havendo troca de correspondência entre a Câmara e a senhora em causa. Dado que 5ª feira a situação não estava ainda resolvida a Junta de Freguesia assumiu resolvê-la. A questão das fotocópias pagas à Junta de Freguesia foi uma das formas que se encontrou para pressionar e desbloquear a situação, mas nem assim se resolveu. Disse ainda que há coisa que lhe faz sempre alguma confusão e que são os valores que são referidos de transferências para as Juntas de Freguesia, dizendo que está bem patente a situação que pode originar a não transferência destas verbas para as Juntas. Disse ainda que queria acrescentar que no ano passado, a factura de *tout venant* para a Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra foi de doze mil euros, que foram postos nos caminhos que foram arrançados ao abrigo do protocolo de delegação de competências. Continuou, dizendo que se se acrescer a isto o facto de se ter transportado esse material com os meios próprios da Junta de Freguesia, bem como o pagamento das máquinas para fazer o trabalhos, fica claro para quanto é que esse dinheiro dá, realçando o facto de isso ser competência da Câmara que foi delegada nas Juntas de Freguesia.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Debruçando-se depois sobre o Plano de Actividades, referiu que vê aqui quatro obras – Saneamento de Mira de Aire, Ampliação do Parque Industrial de Porto de Mós, Jardim da Vila e Centro Escolar das Pedreiras – e partindo do princípio que três delas que estão em andamento e serão feitas, temos um investimento de quatro milhões setecentos e noventa e um mil euros. Se se considerar ainda a Ecopista e a intervenção nas avenidas de Santo Antonio e da Liberdade, chegar-se-à aos seis milhões de euros, ficando assim o Orçamento da Câmara todo gasto. Continuou dizendo que se se tiver em conta de que aqui está pela quinta vez no Orçamento, a questão da água no Alqueidão da Serra, começa a achar que é uma obra que será mais uma vez adiada, esclarecendo que entre Outubro e Novembro as pessoas daquela freguesia estiveram sem água sete vezes, dizendo que deveria haver trezentos ou quatrocentos mil euros para tratar desta questão e zero para a Ecopista, porque tratando-se de opções seria de retirar a Ecopista porque não vai trazer absolutamente nada para o concelho. Quanto ao saneamento, disse que lamenta que haja tanta gente com saneamento à porta e sem o utilizar, dizendo que fez um levantamento na sua freguesia e que constatou que existem cerca de 200 ramais por utilizar. Disse ainda que verificou que desses duzentos ramais, há uma série deles que têm ramais de água que também não estão ligados, dizendo que tem de haver aqui acção para que isto seja melhorado.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, disse querer reiterar as palavras de Carlos Venda acerca das iniciativas tomadas pelo senhor Presidente da Assembleia no que se referente à organização das palestras que tiveram lugar, devendo prosseguir com esse tipo de iniciativas.-----

-----Depois, referindo-se ao Plano de Actividades e Orçamento, disse lamentar que estes documentos não tenham sido alvo do sentimento de solidariedade que inunda particularmente esta época. Disse ainda que, embora as palavras escritas, refiram uma quebra económica e a subida da taxa de desemprego e um crescente número de carencia social, como forma de remediar esta contração económica, a Câmara apresenta uma diminuição em 50% na acção social. Apesar de na página 5 se referirem os princípios orientadores que levaram à elaboração do orçamento e das grandes opções do Plano, de investimento para 2011 e que foram objecto de cuidada análise, avaliação, quantificação, com respeito pelos princípios da legalidade e da solidariedade, da equidade e prudencia, tendo em conta o montante global do orçamento para 2011 que é vinte e seis milhões, trezentos e oito mil oitocentos e vinte e quatro euros, e refere no seu computo geral uma redução global de mais ou menos 2,42%, referindo que neste enquadramento assume particular relevancia a preocupação da acção social, dizendo ser transcrição do que está no Plano, verifica-se desde logo uma enorme contradição entre o conteúdo do texto e o que resulta dos numeros, perguntando como é possível existir uma preocupação social, se o valor do orçamento para a acção social é apenas de cinco mil euros. Disse ainda que esta redução, quando muito, deveria ser a mesma que está prevista para o orçamento – 2,42%, ainda que em sua opinião ela não deveria existir, mas antes deveria haver um acréscimo na área social. Disse que esta área está a ser tratada de forma envergonhada, sendo o parente pobre do orçamento. Continuou, dizendo que este é um orçamento que não contempla as crianças com fome, os jovens com dificuldades, os idosos sem medicamentos e os diferentes, sendo este valor 5 a 6 vezes inferior a um automovel de gama média, dizendo que não pode deixar de fazer referencia à entrevista da senhora vereadora da acção social, onde a mesma reflecte o contrário do que está patente neste orçamento, referindo o agravamento do desemprego e da carencia economica. Questionou como é possível em tão pouco tempo, tão grande contradição entre as palavras e os actos, sendo que estes é que pecam por defeito. Disse ainda ser nitida a acentuada insensibilidade do executivo socialista para a acção social, o que por si só já é um paradoxo. Disse depois que acredita que a senhora vereadora sente o que disse no jornal e não o que votou na reunião de Câmara, dizendo concordar quando refere que todos temos deveres, mas que a Câmara tem mais deveres do que outros, não podendo demitir-se desse dever e função social. -----

-----**Pedro Lavado Gomes Vieira (PS):**-----

-----Usando da palavra disse espantar-se por ver novamente a rubrica do saneamento de Mira

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Aire que estava apontada na previsão do ano passado e que achava que em 2011 iríamos apenas ter uma verba de quatrocentos e cinquenta mil euros, porque a primeira fase da obra já deveria estar praticamente no fim, estando no entanto aqui previstos um milhão e seiscentos mil euros afectados aquela, perguntando qual o grau de execução da obra. Disse compreender que as transferencias para as freguesias possam sofrer um decrescimo, atendendo ao cenário de crise, mas o que não entende, é que se invistam onze mil euros a mais nas Festas de S. Pedro.-----

-----**Benvinda da Silva Cláudio Januário (Presidente da Junta de Freguesia de Alcaria – PSD):**-----

-----Disse que gostaria de expressar de modo breve algumas notas referentes aos aspectos positivos e também negativos relativamente ao 1º ano de mandato à frente dos destinos da freguesia de Alcaria. Nos aspectos positivos, disse que Alcaria se congratula com os investimentos já realizados e a realizar na área da freguesia para o ano de 2011 e seguintes, tanto na implementação do Jardim da Pedra, como principalmente nas obras do heliporto, com alargamento e melhoria das condições para funcionamento da força dos GIPS, conforme o senhor Presidente da Câmara disse há pouco. Disse que continuarão disponíveis para colaborar na medida das suas possibilidades, até porque sabe que estão a colaborar num bem publico que serve o concelho e todo o país, nomeadamente a região centro. No entanto estas estruturas não podem nem devem ser penalizantes para a freguesia na realização de outros melhoramentos, uma vez que tanto o Jardim da Pedra para o qual autorizaram a Câmara Municipal a proceder a obras de beneficiação do espaço e principalmete as importantes obras do heliporto, não são obras destinadas exclusivamente aos alcarienses, mas para servir o concelho, dar-lhe projecção em todo a zona centro do país, porque encontra nesta base de reserva de Alcaria um apoio importantissimo. Reconhecendo essa importancia, disse que gostaria que todo o concelho tivesse essa noção, agradecendo à Câmara Municipal o apoio financeiro aí aplicado. -----

-----Quanto aos pontos negativos, disse ter passado um ano sobre este mandato e constatou com mágoa que nenhuma das realizações camarárias que constaram do Plano de Actividades de 2010, foi efectuada. Disse ainda que esta promessa de não fazer nada em Alcaria durante este ano já foi cumprida por este executivo camarário, aguardando por isso com expectativa o actual Plano de Actividades para 2011 para o qual foi enviado atempadamente documento com o resumo das realizações que se pretendiam, que foram quase *copy past* do ano anterior, porque se continua a precisar de tudo quanto foi pedido e não foi realizado em 2010. Disse ainda que estão duas unicas rubricas neste Plano que referem Alcaria: a pavimentação da estrada que liga Alqueidão da Serra a Alcaria, que são dois mil e trezentos metros e que tem uma dotação de dois mil euros para cumprir até 2013 e a segunda é a pavimentação das ruas do Lagar (120 metros) e a Rua das Mangas (90 metros) ambas com uma dotação de cinquenta mil euros até 2013, o que para si não faz grande sentido, fazendo a comparação das duas situações. Perguntou depois até quando é aguardarão pelo calçetamento do Largo do Freixo, pavimentação da estrada da Ramalheira, que liga a freguesia de Alcaria a Alvados e que necessita de reparação urgente, sublinhando que estas eram pequenas obras e promessas do mandato anterior. Outro aspecto que referiu, é que, passados que foram 11 anos de funcionamento do Centro Hipico de Alcaria, este continua sem licenciamento camarário para funcionar, dizendo ter vindo a pressionar todos os parceiros para a resolução do problema.-----

-----Questionou depois o executivo sobre a aprovação de novas obras na freguesia de Alcaria, já que neste momento se encontra em execução uma construção de volumetria desajustada ao tipico casaria desta freguesia, dizendo que muita gente questiona como é possível deixar construir novos edificios de grande impacto visual, quando nos queixamos de há 40 anos se ter construido o Salão Paroquial, que é um atentado paisagistico, numa aldeia em que todos concordam que se deveria tornar cada vez mais turistica constituindo uma mais valia para todo o concelho. -----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso):**-----

-----Usando da palavra, disse que estão previstos vinte e seis milhões no Orçamento, mas que em sua opinião não se vai conseguir chegar aos vinte milhões. Quanto ao corrente, disse que, não havendo aqui grande possibilidade de reduzir e que a tendencia é ir aumentando, apesar disso, há

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mecanismos de gestão em que é possível fazer reduções, exemplificando com o cuidado de se manter as tampas dos contentores baixadas.-----

-----No que diz respeito ao capital, defende o planeamento de forma a serem criadas condições para o futuro, referindo-se concretamente ao planeamento para a zona industrial de Porto de Mós.-----

-----Referiu-se depois à situação da ampliação da escola do 1º ciclo de Porto de Mós e à verba que está aqui orçamentada para aquisição desse terreno (duzentos e cinquenta mil euros), perguntando se não existe responsabilidade da Câmara em todo esse processo, pois a aprovação dos edifícios que para ali foram aprovados, estavam condicionados a parecer da DREC. Disse depois que queria agradecer ao senhor Presidente da Câmara o facto de este ter convidado as pessoas a deslocarem-se para o parque verde da serra.-----

-----**Maria Lidia Vieira Santos Coelho Semião (PS):**-----

-----Usando da palavra, disse que apenas queria manifestar a sua concordância com os documentos que estão em análise, e referir que o executivo camarário, neste documento exprime quais são as suas competências específicas e prioritárias enquanto administração local deixando à administração central o que é da administração central, embora não se exclua de intervir, havendo assim inúmeras parcerias. Disse estar a referir-se à protecção social no âmbito das famílias carenciadas. Disse ainda que não são evidenciadas verbas elevadas no âmbito da intervenção social, mas essa é uma área que ainda é da competência da administração central, embora não exclusiva, havendo as tais parcerias de que já falou.-----

-----**Ana Narciso**, pediu a palavra para solicitar um esclarecimento, tendo pedido ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que distribuisse à Assembleia Municipal, os documentos que ela entregou à mesa em Fevereiro passado, a fim de se esclarecer essa situação.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo a **Joaquim Virgílio Santiago** quanto à zona industrial de Mira de Aire, que esta não está esquecida, estando a ser dotada de um grande investimento que é o saneamento de Mira de Aire.-----

-----A **António Ferraria** disse que este estaria a laborar em erro, uma vez que o dinheiro do QREN afectado a determinada obra só pode ser utilizado naquela e não noutra, não podendo transferir o dinheiro de um eixo para outro.-----

-----A **Ana Narciso** disse que tem razão quando diz que as escolhas são do executivo e que este tem responsabilidades para com as pessoas que os elegeram.-----

-----Referindo-se depois às obras de cosmética, disse que isso já ouviu há cinco anos atrás, fazendo menção às obras de arranjo dos muros do Rio Lena e à conversão das antigas piscinas naquele que é hoje o Espaço Jovem, entre outros.-----

-----Passou depois a referir-se à Casa da Cultura de Mira de Aire, dizendo que este projecto já vem detrás, tendo herdado do executivo da altura um projecto aprovado que depois sofreu alterações.-----

-----No que diz respeito à educação, respondeu que na freguesia do Juncal a escola da Cumeira foi intervencionada tendo recebido as crianças do concelho que estavam em Aljubarrota.-----

-----Quanto à Central Termoelectrica disse que a mesma está em projecto.-----

-----Quanto ao parque escolar, disse que quando tomou posse como Presidente de Câmara herdou três obras nesta área, que teve de pagar, passando a referir-se à escola primária da Mendiga que foi inaugurada no último dia antes da tomada de posse.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----A **Rui Marto** disse, relativamente às transferências para as Juntas de Freguesia que a Câmara de Porto de Mós, de todas as Câmaras da zona, é em termos percentuais a que mais dinheiro transfere, considerando que esse dinheiro é bem transferido e que todas as freguesias do concelho, independentemente da sua dimensão, recebem os mesmos dez mil euros. Quanto à água no Alqueidão da Serra disse ser uma obra que está a concurso e que quer realizar.-----

-----A **Olga Silvestre** disse que esta não está atenta ao que se passa no concelho de Porto de Mós, dizendo que ainda na passada semana Porto de Mós era referenciado num jornal nacional pela iniciativa da Loja Social. Disse ainda que houve efectivamente uma redução de custos nesta área porque a obra da CERCILEI já está concluída, razão pela qual essas verbas não estão em Orçamento.-----

-----Passou depois a dizer que a Câmara serve todos os dias quinhentas refeições às crianças do concelho.-----

-----A **Pedro Vieira** disse que o saneamento de Mira de Aire está a acontecer a bom ritmo, estando a ser feito agora a zona das Grutas. Disse ainda a este deputado que as transferências para as Juntas de Freguesias se mantêm, não tendo decrescido.-----

-----A **Benvinda Januário** disse que a helipista de Alcaria é uma obra não só do concelho, mas também da região e do País, não podendo esta afirmar que Alcaria tem sido abandonada. Disse ainda que estão previstas no orçamento várias rubricas genéricas mas que são de facto para as várias freguesias, dizendo ainda que Alcaria tem sido das freguesias mais beneficiadas com calçada à portuguesa, citando alguns exemplos, tais como a envolvente da Capela do Zambujal.-----

-----Quanto à construção que Benvinda Januário referiu respondeu que mandou os serviços analisar e que está de acordo com o PDM e está devidamente licenciada.-----

-----A **Carlos Venda** disse que a 1ª fase da Zona Industrial demorou vinte e tal anos, e que se tivesse sido mais célere, haveria outras empresas ali instaladas.-----

-----Quanto ao recreio da escola do 1º Ciclo de Porto de Mós, disse que será para ali transferido um mini relvado sintético que está junto dos campos de ténis, havendo a ideia de se investir naquele espaço, pois será ali o futuro Centro Escolar de Porto de Mós.-----

-----No que se refere ao terreno onde estão aprovados os dois edifícios de habitação colectiva, junto à escola, disse que a DREC não chegou a dar parecer porque entretanto o prazo para o fazer expirou, o que significa que assim sendo se considera o parecer favorável.-----

-----Seguidamente, o senhor **Vice-Presidente** usou da palavra para explicar do ponto de vista técnico algumas dúvidas que foram suscitadas pelos anteriores intervenientes, nomeadamente a **António Pires** que falou das previsões e da execução orçamental, dizendo que lhe parece despropositado estar a falar de execução orçamental nesta fase, dizendo que em Abril haverá a oportunidade de aqui se discutirem quais os valores das taxas de execução orçamental. Esclareceu ainda que nas páginas 21 e 22 está expresso como se aplicarão os valores que estão afectados às rubricas "Outros". Referiu-se ainda à questão do endividamento, dizendo que o município nesta área está perfeitamente à vontade.-----

-----Dirigindo-se depois a **Manuel Correia Vala** disse-lhe que subscrevia inteiramente tudo o que aquele havia dito.-----

-----A **António Pereira Carvalho** também disse concordar com os comentários que este deputado teceu.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia deu ainda oportunidade aos deputados que quisessem intervir, de o fazer de forma sucinta.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Manuel Correia Vala** pediu a palavra para perguntar se já estão reflectidos nos números apresentados o corte de 5% nos salários em conformidade com o PEC.-----

-----**Ana Narciso** pediu a palavra para dizer que não lhe dói quando vê trabalho bem feito, mas sim quando vê apenas intervenção numa parte do rio e não todo ele requalificado, ou quando vê três milhões de euros gastos em educação sem haver um parque escolar em condições.-----

-----**Antonio Ferrara**, também usou da palavra para dizer que não é contra que se faça isto ou aquilo, desde que haja dinheiro para o fazer, declarando-se claramente favorável a investimentos no sector produtivo.-----

-----Posto isto o senhor Presidente da Assembleia passou a pôr a votação o ponto 2 da ordem de trabalhos - **Grandes Opções do Plano para o ano 2011** - tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 9 votos contra, duas abstenções e 22 votos a favor.**-----

-----Foi depois posto a votação o ponto 3 da Ordem de trabalhos - **Orçamento da Receita e da Despesa para o ano 2011** - tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 8 votos contra, 3 abstenções e 22 votos a favor.**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que o senhor **Vereador Julio Vieira** lhe havia pedido que permitisse que entregasse uma lembrança aos deputados municipais, perguntando ao senhor Presidente da Câmara se não havia inconveniente ao que este respondeu que não.-----

-----O senhor Vereador Júlio Vieira usando da palavra disse aos presentes que se trata de uma fotografia com o original do Cruzeiro cuja replica se encontra agora no Rossio.-----

### 4. Mapa de Pessoal para o ano 2011:

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra para expôr este ponto da ordem de trabalhos, referindo que este deriva da lei que obriga a que o mapa de pessoal para o ano de 2011 seja aprovado por esta Assembleia Municipal, sendo os recrutamentos a efectuar no próximo ano condicionados à caracterização dos postos de trabalho necessários para 2011, os constantes do presente mapa de pessoal.-----

#### **Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**

-----Usando da palavra, perguntou, na sequencia do que tem vindo a ser dito pelos nossos governantes quanto à restrição na admissão de pessoal para a função publica, se o que se está aqui a aprovar, não irá colidir com estas orientações.-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que não uma vez que tudo está feito de acordo com a legislação em vigor.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi este ponto da ordem de trabalhos - **Mapa de Pessoal para o ano 2011** - posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade.**-----

### **5. Aprovação do Modelo de Estrutura Orgânica Câmara Municipal de Porto de Mós, nos termos do Artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro;**

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós, usando da palavra disse que esta é mais uma situação imposta por que estabeleceu um novo enquadramento juridico da organização dos serviços das Autarquias Locais, que foi presente na reunião de Câmara de 02.12.2010, tendo sido deliberado aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, que a seguir se transcreve:-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DE MÓS-----

-----Considerando que:-----

-----O Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro, estabeleceu um novo enquadramento jurídico da organização dos serviços das Autarquias Locais:-----

A consolidação da autonomia do poder local democrático nas últimas décadas, traduzida na forte aposta na descentralização de competências, em vários sectores, para as autarquias locais, pressupõe uma organização dos serviços autárquicos em moldes que lhes permitam dar uma melhor resposta às solicitações decorrentes das suas novas atribuições e competências;-----

-----A adaptação da legislação que regula o funcionamento dos órgãos e serviços autárquicos a novas realidade organizativas, que permitam o exercício da respectivas funções de acordo com um modelo mais operativo. Este objectivo está, aliás, em linha com a reforma da Administração Pública que tem sido empreendida pelo governo;-----

-----O objectivo da presente revisão é dotar as autarquias locais de condições para o cumprimento adequado do seu amplo leque de atribuições, respeitantes quer à prossecução de interesses locais por natureza, quer de interesses gerais que podem ser prosseguidos de forma mais eficiente pela administração autárquica em virtude da sua relação de proximidade com as populações, no quadro do princípio constitucional da subsidiariedade;-----

-----A melhoria das condições de exercício da missão, das funções e das atribuições das autarquias locais, assim como das competências dos seus órgãos e serviços, radicam na diminuição das estruturas e níveis decisórios, evitando a dispersão de funções ou competências por pequenas unidades orgânicas, e no recurso a modelos flexíveis de funcionamento, em função dos objectivos, do pessoal e das tecnologias disponíveis, na simplificação, racionalização e reengenharia de procedimentos administrativos, conferindo eficiência, eficácia, qualidade e agilidade ao desempenho das suas funções e, numa lógica de racionalização dos serviços e de estabelecimento de metodologias de trabalho transversal, a agregação e partilha de serviços que satisfaçam necessidades comuns a várias unidades orgânicas;-----

-----O quadro legal em vigor em diversos domínios, como o licenciamento urbanístico, a avaliação de desempenho e o estatuto de pessoal dirigente, propicia a desmaterialização dos processos, a partilha de objectivos, a simplificação administrativa e a adopção de novas formas de relação com os munícipes, pelo que estão reunidas as condições necessárias para se ultrapassar a tradicional pulverização de funções, num quadro em que estas se encontram distribuídas rigidamente por diversas unidades orgânicas que comunicam entre si e em que é patente a falta de reconhecimento do mérito e do bom desempenho organizacional;-----

-----Nesse sentido, impõe-se proceder à Reorganização dos Serviços da Câmara Municipal de Porto de Mós, de forma a garantir uma maior racionalidade e operacionalidade dos mesmos, assegurando assim uma maior autonomia de decisão;-----

-----Assim, considero que:-----

-----1. Deve ser adoptada uma nova estrutura organizacional que permita adequar os recursos humanos existentes, apelando à contenção e ao controlo criterioso dos custos e dos resultados sem perder de vista a imperiosa necessidade de racionalizar os gastos com os recursos humanos, de forma a que a sua actuação seja pautada pelo desenvolvimento das áreas consideradas como prioridades estratégicas, como sejam, a promoção da modernização da administração municipal, maior eficiência na prestação dos serviços aos munícipes, aproximação dos serviços aos munícipes, proporcionando uma maior desburocratização e simplificação administrativa em nome da defesa dos legítimos interesses dos munícipes;-----

-----2. Para o efeito, dever ser adoptada a estrutura de organização hierarquizada constituída por uma estrutura nuclear composta uma estrutura flexível composta por unidades orgânicas flexíveis dirigidas por Chefes de Divisão com a possibilidade de virem a ser criadas subunidades orgânicas coordenadas por um Coordenador Técnico;-----

-----3. Deve ser criada uma equipa de projecto com vista à implementação de um atendimento descentralizado nas freguesias do Concelho, possibilitando assim uma aproximação dos serviços aos munícipes.-----

-----Face ao exposto, dado que o artigo 19º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro, determina que as câmara municipais procedam à revisão dos seus serviços até 31 de Dezembro de 2010, e com vista ao cumprimento do disposto no artigo 6º do mesmo diploma legal, apresento à Exma Câmara a seguinte proposta de deliberação, a submeter a aprovação da Assembleia

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal:-----

-----1. Ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro, a aprovação do modelo de estrutura orgânica dos serviços segundo um modelo hierarquizado, constituído por uma estrutura flexível, nos termos do disposto no artigo 10º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro;-----

-----2. Fixar em 8 (oito) o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, a constituir nos termos do disposto na alínea c) do artigo 6º conjugado com o nº 3 e 4 do artigo 10º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro;-----

-----3. Fixar em 9 (nove) o número máximo de subunidades orgânicas flexíveis, a constituir nos termos do disposto na alínea d) do artigo 6º conjugado com o nº 5 do artigo 10º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro;-----

-----4. Fixar em 1 (um) o número máximo de equipas de projecto, a constituir nos termos do disposto na alínea f) do artigo 6º conjugado com o artigo 11º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro.-----

-----Porto de Mós, 26 de Novembro de 2010. (O Presidente da Câmara)-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a esclarecer que a novidade que aqui existe é no sentido de reduzir custos da Câmara, passando a dizer que está aqui proposta em oito, o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, que seriam aquilo a que até agora se chamavam divisões. Assim a Assembleia permitirá, se o presente documento for aprovado a criação de até oito divisões, que já existiam no modelo anterior, mas a proposta da Câmara que será presente à próxima reunião do executivo, será da criação de seis. Referiu ainda a fixação em nove do número máximo de subunidades orgânicas flexíveis (as chamadas secções) que também já existem no modelo anterior. Disse depois que a grande novidade será a fixação em uma do número máximo de equipas de projecto, esclarecendo que esta tem três objectivos iniciais: dinamizar e otimizar o atendimento presencial, dinamizar os serviços *online*, descentralizar os serviços de atendimento ao município, ou seja, a título experimental e beneficiando dos serviços online, criar dois balcões de atendimento, um na freguesia de Mira de Aire e outro na freguesia do Juncal, dois dias por semana em cada freguesia, a partir de Janeiro de 2011.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que um dos factores mais importantes hoje em dia, na vida das organizações é o capital humano. Disse que é importante fazerem-se as reorganizações que tiverem que ser feitas para que os serviços fiquem cada vez melhores, mais eficientes, havendo essa interligação com as freguesias e mais acesso por parte dos municípios ao site da Câmara. Quanto aos eventuais aumentos salariais, disse que os considera rentabilizados se a eficiência dos serviços for proporcional no seu crescimento, sendo o capital humano valorizado e posto ao serviço dos municípios.-----

-----**Artur José dos Santos Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PS):**-----

-----Disse querer congratular-se com a iniciativa da Câmara Municipal em prol dos municípios, esperando que a mesma se concretize.-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----Disse que tem algumas questões que gostaria de esclarecer, dizendo que este assunto é da competência da Câmara mas que há alguns pormenores que são importantes para que a Assembleia Municipal possa votar em consciência e mais esclarecida: disse que vai ser adaptada uma nova estrutura organizacional e esta estrutura, segundo diz na proposta apresentada, fala na organização hierarquizada constituída por uma estrutura nuclear composta por unidades orgânicas flexíveis, dirigidas por chefes de divisão, com a possibilidade de virem a ser criadas subunidades, dizendo mais à frente que se adopta a estrutura hierarquizada, falando a lei também numa estrutura matricial. Importa que a Câmara Municipal esclareça as duas e porquê a opção pela estrutura hierarquizada. Disse depois que ainda importa esclarecer, uma vez que se refere na proposta, que vai optar por um máximo de oito unidades orgânicas flexíveis, perguntando porquê

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

este numero e se já estão definidas essas unidades. Refere-se ainda na proposta que se vai optar por nove subunidades orgânicas flexíveis, perguntando porquê este numero e se já estão definidas essas subunidades e quais são.

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo que **Carlos Venda** que concorda quando este refere a importancia do capital humano para Municipio, tendo no entanto que pensar também na capacidade financeira deste para pagar aos funcionários. Acrescentou que se há coisa que este executivo tem feito é tentar otimizar os recursos humanos que existem, acrescentando que a reestruturação dos serviços implica acima de tudo mobilidade interna havendo ainda algumas pessoas com relutância em trabalhar na cadeira ao lado. A questão da satisfação dos munícipes é fundamental, pois é esse o fim a que se destinam os serviços publicos e o melhoramento nessa área é fundamental. Disse ainda também que cada vez mais é fundamental fazer mais com menos recursos, sendo esta a realidade que se está a viver.

-----Respondendo a **Olga Silvestre**, disse que no modelo que se está a propor no topo fica sempre a Assembleia Municipal, passando a descrever o modelo proposto.

-----Posto a votação, foi este ponto da ordem de trabalhos - **Aprovação do Modelo de Estrutura Orgânica Câmara Municipal de Porto de Mós, nos termos do Artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro – aprovado por unanimidade.**

### **6. Regulamento e Tabela de Taxas e outras Receitas do Município de Porto de Mós;**

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a usar da palavra para dar conta das razões ser deste ponto da ordem de trabalhos, dando conta da necessidade de alterar este documento que foi aprovado em sessão desta Assembleia de 30.04.2010, nalguns pontos, atendendo a que se verificou que se tornava extremamente oneroso para os munícipes em algumas situações, bem como a bem da clarificação de algumas questões que estão aqui contempladas. Referiu-se ao contributo dado por **Rui Marto** e pela própria DECO, pelas sugestões apresentadas.

-----**Antonio da Conceição Ferraria (CDU):** interveio dizendo que tem algumas duvidas relativamente a alguns valores.

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**

-----Referiu-se ao facto de o senhor Presidente da Câmara na altura em que o Regulamento foi aprovado, ter dito que deveria haver rectificações, tendo aqui referido o contributo do Presidente da Junta de Freguesia do Alqueidão da Serra, fazendo também menção ao trabalho que vereadores da oposição também aqui desempenharam o que constitui uma prova evidente de que se a Câmara trabalhar em conjunto isso constituirá uma mais valia para a acção do executivo.

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):**

-----Usou da palavra para pedir um esclarecimento quanto ao artigo 54º, no que se refere à utilização do Castelo de Porto de Mós, perguntando concretamente se os eventos de carácter privado por tipo de evento e por hora e os eventos de carácter privado por tipo de evento se são cumulativas estas situações. Por outro lado, disse que os valores previstos para eventos de carácter privado são manifestamente insuficientes, atendendo aos peços publicitários que se praticam no mercado e para além disso, para que não se banalize essa utilização do Castelo, porque mesmo em termos estruturais, isso há-de ter consequências.

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo que **Antonio Ferraria** que também partilha das suas dúvidas relativamente a certos valores. Quanto a **Antonio Pires**, disse que o trabalho do executivo tem de ser assim, em conjunto, dizendo que os senhores vereadores da oposição também lá estão para dar as suas achegas. Continuou dizendo que o facto de este documento estar aqui hoje, não significa que ele não tenha que voltar cá

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

daqui a algum tempo, o que significa que se está a trabalhar para tentar chegar a um modelo cada vez mais aperfeiçoado. -----

-----A **Rui Marto** respondeu que os valores não são cumulativos, e que concorda que a utilização do Castelo não pode nem deve ser banalizada, competindo ao executivo aprovar ou não em função das propostas concretas que lhe forem colocadas. -----

-----Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da Ordem de Trabalhos – **Regulamento e Tabela de Taxas e outras Receitas do Município de Porto de Mós** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

### ----- **7. Regulamento Municipal de Apoio ao Desenvolvimento Cultural e Recreativo do Município de Porto de Mós:**-----

-----O senhor Vice-Presidente usando da palavra disse que o que está aqui em discussão é o novo Regulamento para a Actividade Cultural no Concelho, dado que o actual, desde há muito se vinha revelando insuficiente, não respondendo a uma série de solicitações por um lado, omitindo também uma série de situações que importava clarificar e disciplinar, o que deu origem a esta proposta de regulamento. Passou depois a fazer um breve resumo sobre a forma e conteúdo do documento que foi antecipadamente distribuída a todos os deputados municipais. -----

-----Referiu ainda que antes deste projecto ir para discussão pública, foi efectuada uma reunião com as colectividades do concelho a fim de lhes dar conhecimento das ideias subjacentes ao mesmo e também junto delas colher informação, tendo esta corrido muito bem. Posteriormente, disse ter chegado uma única proposta de alteração, do Coral Calçada Romana de Alqueidão da Serra, que pessoalmente acolheu e que tendo sido proposta à Câmara foi a mesma aprovada merecendo acolhimento agora no documento final.-----

### ----- **Artur José dos Santos Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – PS):**-----

-----Teceu algumas considerações acerca do funcionamento de algumas colectividades referindo que por motivos do proprio funcionamento dessas Associações estas não poderão receber os subsídios em Maio, por uma questão de sobrevivência das mesmas, referindo que houve uma altura em que a Câmara entregava uma tranche do subsidio em Dezembro e uma outra mais à frente.-----

### ----- **Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Disse concordar com o senhor Vice-Presidente na urgência em que haja um código de conduta para atribuição de subsídios, dizendo que deve ser visível, publico e a que toda a gente tenha acesso e que se reveja nesse documento, acrescentando que para além disto nada os une, porque considera que este documento trás uma séria restrição nos apoios, não é claro na sua atribuição e tem uma especificação que quanto a si é demasiada em relação aquilo que se propõe, logo no artigo 1º, considerando-o demasiado tipificado relativamente à abrangência do documento, dizendo ainda que preferiria que este documento tivesse que as associações prosseguissem fins culturais, artisticos, recreativos, científicos e humanitários, o que seria mais abrangente de acordo com o que o senhor Vice-Presidente aqui disse. Lamentou ainda que as escolas estivessem ausentes deste artigo. -----

-----Fez depois referencia ao artigo 7º que elenca os vários critérios de avaliação do plano de actividades das associações, nomeadamente quando na sua alínea n) se considera critério de avaliação "a credibilidade e estabilidade da Direcção", dizendo não poderem estes itens ser considerados como tal, pois isso é da responsabilidade dos sócios dessa Direcção não podendo ser critérios de avaliação numa aprovação dum projecto por uma Câmara Municipal.-----

-----Disse ainda que não lhe parece aceitável que não haja uma ponderação de cada um dos seus critérios.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Referiu-se depois, àquilo que apelidou de corte cego às associações, concordando que todos devem reduzir considerando no entanto um exagero uma redução de 60%.-----

-----Por fim, disse que lhe parece ser um regulamento que em vez de organizar as associações, em vez de as tornar transparentes na aprovação dos seus projectos, considera-a aleatória, parecendo-lhe que isto não vem clarificar o apoio às associações, porque por um lado tipifica demais e por outro, constrange esse apoio, perguntando a todos se acham que este é o regulamento que melhor serve as associações do concelho sendo um instrumento para levar o concelho mais longe, pedindo que o mesmo seja revisto antes de ser colocado aqui a aprovação. -

-----**António Pereira Carvalho (PS)**:-----

-----Usou da palavra para dizer que quando para aqui veio estava convencido de que isto era um regulamento para apoio ao desenvolvimento cultural e também desportivo, achando agora que a actividade desportiva estará fora deste regulamento e se assim for, como é que se pretende proceder relativamente às associações desportivas.-----

-----**Luís Carlos Vieira Monteiro (PSD)**:-----

-----Usando da palavra, disse que a sua intervenção vai no sentido de reforçar mais uma vez a específica alínea n) do artigo 7º, porque se trata de uma cláusula demasiadamente aberta e que se presta a aplicações práticas que poderão ser mais ou menos malévolas tendo em conta a pessoa que as poderá no momento apreciar. Continuou dizendo que tem a certeza de que o senhor Vereador do Pelouro fará uma análise correcta do que é uma direcção credível, mas tratando-se de um regulamento geral que vigorará para o futuro, outros poderão vir que não o façam. Pediu ainda que lhe dessem exemplos de direcções não credíveis no espírito do regulamento que está aqui para aprovação porque tratando-se de uma norma muito abrangente, poderá vir a ser objecto de aplicações, elas sim de constitucionalidade duvidosa, tornando-se necessária a definição do que é uma " direcção credível".-----

-----O senhor Vice-Presidente passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo a **Artur Vieira**, dizendo que o Regulamento que está em discussão é sobre Actividades Culturais e não Desportivas, havendo de vir aqui igualmente para aprovação o Regulamento que regulará esta área.-----

-----Passou depois a dizer que está a ponderar a hipótese de propor à Câmara Municipal que delegue em dois ou três elementos da mesma que façam a apreciação dessas candidaturas para elevar o seu grau de transparência.-----

-----Disse depois que o critério de avaliação tem de se basear no artigo 7º, e continuou dizendo que se viesse aqui e trouxesse um regulamento que não previsse critérios de avaliação, seria dito que é discricionário. Assim estão elencados no artigo 15 critérios que podem suportar a decisão. Passou depois a debruçar-se sobre o critério previsto na alínea n) do artigo 7º, tentando explicitá-lo e dizendo que o que ali é considerado é "credibilidade e estabilidade da Direcção".-----

-----Perguntou depois à deputada **Ana Narciso**, como é que ela chegou ao valor que aqui referiu, de 60%, uma vez que ele próprio que esteve envolvido da sua elaboração não conseguiu chegar a qualquer valor, dizendo ainda acreditar que ela também não chegou, até porque há aqui variáveis que não controla. Disse ainda que gastaria que estas coisas fossem apreciadas com seriedade porque não o movem nenhuns objectivos partidários nem políticos mas apenas levar o executivo de que faz parte a apoiar, com base em coisa concreta, em prova dada, dizendo pensar que é assim que o dinheiro publico é justificadamente gasto.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia dirigindo-se ao senhor Vice-Presidente, disse que não gostaria de entrar na discussão, mas apenas perguntar ao senhor vereador se não seria de objectivar melhor o que é uma " direcção credível", porque, disse, ter de concordar que é um

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pouco subjectiva a expressão. Continuou dizendo que em sua opinião, uma direcção credível é aquela que é eleita de acordo com os estatutos da respectiva associação, e que não tem contra si pendente qualquer processo judicial, nomeadamente falsificação de documentos ou desvio de verbas. Se uma direcção foi eleita pela maioria dos seus sócios, de acordo com os seus estatutos e não tem pendente contra si nenhum processo judicial, é uma direcção credível. Disse ainda que isto deve ser objectivado, porque ao colocar-se como critério de avaliação, uma coisa tão subjectiva, em que quem avalia é que sabe se é credível ou não, não existindo nenhum parâmetro específico para avaliar dessa credibilidade, a não ser a sua opinião, pode tornar-se perigoso. Disse ainda que não é o papel do Presidente da Assembleia embrenhar-se nesta discussão, mas que acha que por ser um ponto tão importante, deveria merecer alguma reflexão, sugerindo que se defina no regulamento o que se entende por direcção credível aditando uma nova alínea do seguinte teor: direcção credível é a que está eleita de acordo com os estatutos da respectiva associação e não tem pendente contra si nenhum processo judicial.-----

-----O senhor Vice-Presidente interveio para dizer que não está lá apenas credível mas também estável dizendo ainda que o senhor Presidente da Assembleia referiu apenas um dos aspectos da questão, que foi que se os sócios elegem, logo é credível, dizendo não concordar porque falta avaliar da estabilidade e do rigor da aplicação dos dinheiros públicos por parte da Câmara, já que se trata de um apoio indirecto.-----

-----**Antonio Pires** pediu a palavra dizendo que vai entrar nesta discussão, porque por acaso até é Presidente de uma Assembleia Geral de uma colectividade em que a eleição dos órgãos sociais é anual, perguntando onde é que está aqui a estabilidade. Para além disso, disse ainda que se houver uma direcção que não seja credível só há uma entidade que pode resolver o problema e que é a Assembleia Geral dessa colectividade. Disse ainda acreditar que se a Câmara não reconhecer credibilidade à associação, não vale a pena a esta ser estável.-----

-----**Ana Narciso** usou também da palavra, para dizer ao senhor Vice-Presidente que no ano passado foram usados 150 mil euros para esta rubrica e este ano estão em Orçamento 60 mil pelo que as contas são fáceis de fazer.-----

-----**Luis Monteiro** também usou da palavra para dizer que as candidaturas para o ano de 2011 já foram apresentadas em Outubro, o regulamento ainda está em vigor, questionando que tratamento vão ter essas candidaturas.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia, dirigindo-se ao executivo perguntou se este está confortado com o regulamento tal como ele está e se é assim que o pretende pôr a votação.-----

-----O senhor Vice-Presidente disse que queria responder ao senhor deputado Luís Monteiro, o que fez, dizendo que isso está previsto no Regulamento, no seu artigo 18, quando se fala de ano zero, sendo as candidaturas apresentadas com todos os requisitos exigidos por este regulamento e serão apreciadas de acordo com o pressuposto de que este regulamento será aprovado e que estará em vigor no dia 1 de Janeiro.-----

-----Disse ficar surpreendido com a questão colocada acerca do artigo 7º, alínea n), porque do seu ponto de vista não é relevante, porque mesmo da reunião que houve aqui nesta sala com mais de 70% dos beneficiários, ninguém levantou a questão. Referiu depois o facto de o regulamento ter estado em discussão pública durante trinta dias, durante os quais também nenhum dos beneficiários levantou qualquer problema, achando estranho que só agora se levantem problemas e reiterando que o regulamento deverá ser posto a votação nos termos em que foi apresentado.-----

-----Assim sendo, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, pôs a votação este ponto da ordem de trabalhos - **Regulamento Municipal de Apoio ao Desenvolvimento Cultural e Recreativo do Município de Porto de Mós** - tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com dez votos contra e vinte e um votos a favor**.-----

----- **8. Regulamento Municipal da Realização de Operações Urbanísticas do Município de Porto**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**de Mós;**

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicar a razão de ser deste Regulamento aqui para aprovação, lembrando que da última vez que este Regulamento aqui veio referiu que já tinha saído uma lei que iria obrigar à adaptação deste àquela. É pois por força da Lei 26/2010 que este regulamento teve de sofrer adaptações estando agora novamente na Assembleia para aprovação, passando depois a referenciar algumas das alterações.

-----Não havendo intervenções, foi este ponto da ordem de trabalhos – **Regulamento Municipal da Realização de Operações Urbanísticas do Município de Porto de Mós** – posto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

-----**9. Fixação da Taxa Municipal sobre Direitos de Passagem prevista na lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro – Lei das Comunicações Electrónicas;**

-----O senhor Presidente da Câmara referiu as razões que trazem aqui este assunto, passando depois a dar conta da taxa que foi fixada em reunião de Câmara de 21.10.2010 através de informação que a seguir se transcreve:

### INFORMAÇÃO

-----“De acordo com o artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, os Municípios podem estabelecer uma taxa pela passagem e atravessamento do domínio público e privado municipal, por sistemas, equipamentos e demais recursos destinados ao estabelecimento de redes de comunicações electrónicas.

-----Esta taxa municipal por direitos de passagem (TMDP) é aprovada anualmente, até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar o percentual de 0,25%.”

-----A taxa será aplicada a cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas aos clientes finais do Município.

-----De acordo com a lei, compete à Assembleia Municipal estabelecer e fixar os quantitativos das taxas municipais, devendo a Câmara Municipal apresentar as suas propostas. ----- Nestes termos e de acordo com a alínea a) do nº 6 do artigo 64º e a alínea e) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção conferida pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho ao executivo municipal que delibere submeter à apreciação e decisão da Assembleia Municipal a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,25% para o próximo ano de 2011.”

-----Porto de Mós, 8 de Outubro de 2010.

-----Disse ainda que se trata de uma taxa que tem uma expressão muito pequena no Orçamento Municipal, mas que é imposta por lei, repercutindo-se sobre os munícipes e sendo paga através de factura mensal.

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD)**, usou da palavra apenas para dizer que é pena que esta taxa acabe por se reflectir sobre o consumidor e não sobre as empresas que praticam os serviços.

-----Não havendo mais intervenções, foi este ponto da ordem de trabalhos **Fixação da Taxa Municipal sobre Direitos de Passagem prevista na lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro – Lei das Comunicações Electrónicas** - posto a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

-----**10. Conselho Municipal da Educação;**

-----O senhor Presidente da Câmara deu a palavra à senhora vereadora da Educação que passou a dizer que, conforme decorre da Lei o Conselho Municipal da Educação é nomeado por deliberação da Assembleia Municipal, nos termos propostos pela Câmara. A proposta vem com os respectivos representantes anexados, tendo todas as entidades sido notificadas para apresentar um

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

representante caberá à Assembleia nomeá-la. -----

-----**António Manuel de Sousa Pires** pediu a palavra para perguntar se se tratava de uma informação ou se era uma proposta que tinha que ser votada, ao que a senhora vereadora respondeu tratar-se de uma proposta que teria que ser votada.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs então a votação o presente ponto da ordem de trabalhos – **Conselho Municipal de Educação** – a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**11. Pedido de Declaração de Investimento de Interesse para a Região pela empresa REVESPERFIL, Perfis e Revestimentos, Lda.**;-----

-----O senhor Preidente da Assembleia Municipal, referindo-se a este ponto da ordem de trabalhos, disse que se trata de mais uma empresa que se pretende instalar na zona industrial acrescentando que se trata de uma empresa que tem apoio QREN, que dispõe de alguma inovação tecnológica no que se propõe levar a cabo.-----

-----Disse ainda que em sua opinião pessoal, estar a pedir à Assembleia Municipal para se pronunciar sobre o interesse para a região, é um pouco excessivo, achando que o que devia aqui ser decidido era o interesse para o município, colocando essa decisão ao critério do senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pronunciou-se sobre este assunto dizendo que esta Assembleia só deve deliberar sobre assuntos de interesse para o município, sendo que o interesse para a região deve ser deliberado pela Assembleia Intermunicipal do Pinhal Litoral, pedindo aos deputados que se inscrevam para intervir para se pronunciarem sobre este assunto.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD)**:-----

-----Disse perceber perfeitamente o que disse o senhor Presidente da Câmara, mas lembra que em Setembro de 2009 foram aqui aprovadas duas situações semelhantes. Acrescentou, não obstante isto, que o pedido da empresa está mal fundamentado na informação que fez chegar à Câmara, devendo a empresa fornecer mais informação, deduzindo-se pelo que aqui é dito que o objectivo é não pagar o IMT, na aquisição do lote.-----

-----**Antonio da Conceição Ferraria (CDU)**:-----

-----Disse que concordava com Antonio Pires e com o senhor Presidente da Câmara referindo achar que, declarar interesse publico extravasa as competencias desta Assembleia Municipal.-----

-----**Luis Carlos Vieira Monteiro (PSD)**:-----

-----Usando da palavra, passou a dizer que esta questão do interesse publico municipal também lhe colocou algumas duvidas. Assim sendo procurou a Lei 10/2009 que cria o programa orçamental designado por Iniciativa para o Investimento e o Emprego e, no seu âmbito, cria o regime fiscal de apoio ao investimento realizado em 2009, tendo a sua vigencia sido prorrogada para o ano de 2010. Disse ainda que existe um artigo que diz que é da competencia da Assembleia Municipal, e passou a ler "Para efeitos do disposto nas alíneas b) e c) – sendo que a alínea c) tem a ver com a isenção do IMT – do nº 1, as isenções aí previstas são condicionadas ao reconhecimento pela competente Assembleia Municipal do interesse do investimento para a região" dizendo ser o que está na lei textualmente, pelo que o requerimento aqui apresentado pela requerente está conforme.-----

-----**Antonio Pereira Carvalho (PS)**:-----

-----Fez referencia ao facto de em ter existido no Código da Sisa uma norma que em

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

determinadas situações dava a possibilidade de redução desse imposto, fazendo a comparação com esta disposição legal.

Disse ainda que a sua intervenção neste momento é para saber quais as condicionantes e para saber o enquadramento legal, que teve oportunidade agora de ouvir, por pensar que se trata de uma situação importante porque irá servir de modelo para outras situações que virão a seguir.

**Luis Monteiro** esclareceu ainda que esta situação está coberta pela lei apenas até 31 de Dezembro de 2010, sendo depois o problema da requerente.

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, pôs o presente ponto da ordem de trabalhos - **Pedido de Declaração de Investimento de Interesse para a Região pela empresa REVESPERFIL, Perfis e Revestimentos, Lda.** - a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com uma abstenção.**

### **12. Proposta de Alteração do PDM:**

O senhor Presidente da Câmara passou a dizer que a Câmara tem vindo a ter desde há alguns anos a esta parte alguns problemas com a eventual instalação de Parques Eólicos no concelho porque o PDM não o permitia. O que se tem vindo a fazer é a proceder à suspensão do PDM nas zonas onde tem havido procura para essas instalações. O que se pretende aqui é que no PDM, a questão das fontes de energia renováveis possam ter lugar em espaços florestais de protecção.

Acrescentou ainda que não obstante a CCDR-C não ter parecer vinculativo, foi-lhe pedido parecer, tendo o mesmo sido favorável a esta intenção. Assim, concluiu, o que se pretende é acrescentar no PDM que os espaços eólicos, de transporte de energia a partir de fontes renováveis são compatíveis com os espaços florestais de protecção.

### **Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):**

Usando da palavra disse que mais uma vez se está aqui a discutir alterações pontuais num PDM que tem 16 anos e não se sabe quantos mais vai ter. Disse depois que em vez de se continuar a aprovar alterações e suspensões sucessivas ao PDM, dever-se-ia fazer uma discussão mais abrangente sobre o assunto, porque normalmente estes pedidos vêm a pedido de empresas, ou da própria Câmara e Juntas de Freguesia que tem interesse em que haja instalação de pedreiras, de parques eólicos e outros e o cidadão anónimo que não tem acesso a estes canais fica sistematicamente para trás fazendo um pedido à Câmara para que se comece de uma vez por todas a discutir o PDM.

### **Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**

Usou da palavra para dizer que a intervenção iria na linha do que acabou de dizer o anterior interveniente, porque do que percebeu da intervenção do senhor Presidente da Câmara seria que a questão da instalação das eólicas passaria a estar prevista no PDM. Alertou no entanto que sendo essa fonte de receita importante para o município, não se deveria banalizar essa instalação acautelando as zonas protegidas face ao impacto visual que essas torres provocam.

O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo que da parte do município o PDM está praticamente concluído e tudo o que está pendente depende do PROT, no qual nenhuma das Câmaras da zona centro votou favoravelmente. Reafirmou o que já havia dito, dizendo que o PDM que aí vem será pior que este, trazendo mais restrições em termos de expansão urbana.

Acerca dos parques eólicos, disse que esta aprovação não significa que se vão instalar estes equipamentos em tudo por quanto é sítio. O que se pretende é aligeirar procedimentos para zonas

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que tenham estudo de impacto ambiental favorável. -----

-----Não havendo mais intervenções foi este ponto - **Proposta de Alteração do PDM** – posto a votação tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

### -----**13. Alteração ao Regulamento do PDM para adaptação ao Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a explicar que o Plano de Ordenamento do Parque foi publicado e prevalece em termos hierárquicos sobre o nosso Plano Director Municipal dizendo a lei que temos que adaptar este áquele. Deste modo, e com vista a articular o PDM com o preconizado no POPNSAC, se propõe a seguinte alteração ao regulamento do PDM de Porto de Mós:-----

#### -----**Artigo 6º**-----

##### -----**Natureza e força vinculativa**-----

-----**(...)**-----

-----**4. As disposições legais em vigor relativas à Reserva Ecológica Nacional, à Reserva Agrícola Nacional e ao Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, designadamente o Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, prevalecem sobre todas as prescrições do Plano referentes à ocupação e utilização do solo.**-----

-----**(...)**-----

-----O senhor Presidente da Câmara acrescentou ainda que em reunião havida com as entidades competentes, ficou dito e escrito nas respectivas actas, que ficaria numa alínea do Plano de Ordenamento do Parque algo como, em caso de divergências de perímetros urbanos, prevaleceriam os perímetros urbanos definidos nos Planos Directores Municipais. Disse ainda que o POPNSAC foi buscar os perímetros urbanos de 1994, e considerando os erros que estes contêm e se aquele tiver um horizonte temporal de mais dez anos, isto equivale a dizer 26 anos sem alterações nos perímetros urbanos no concelho de Porto de Mós. -----

-----Continuou ainda manifestando a sua indignação dizendo que não se calaria enquanto aquilo que está definido no POPNSAC não fosse alterado, porque a maior parte das freguesias do concelho estão cerceadas, limitadas, impedidas de ampliar os seus perímetros urbanos e portanto impedidas de resolver alguns casos pendentes originando situações caricatas. Disse ainda que irá à próxima Assembleia Municipal a eleição de um Presidente de Junta para fazer parte do Conselho Estratégico, fazendo parte desse conselho entidades como a CCDR e Direcção Geral de Economia entre outros sendo que compete às Câmaras a presidência desse Conselho Estratégico tendo sido ele próprio o eleito para esse cargo. Disse ainda que espera que todos se solidarizem com ele nesta questão, independentemente de cores partidárias, porque está em causa a defesa do concelho, dizendo não aceitar totalitarismos neste âmbito que impedem que os concelhos de Porto de Mós e os outros sete se possam expandir, naturalmente com regras.-----

#### -----**Antonio da Conceição Ferraria (CDU):**-----

-----Usando da palavra disse que as exigências do Parque têm vindo a piorar dia após dia, e que as populações têm que se adaptar a tudo o que eles exigem não cedendo eles em nada, acrescentando que têm, que ser tomadas medidas e que a Assembleia Municipal que representa este concelho terá também uma palavra a dizer, sobretudo de protesto em relação a tudo o que se está a passar.-----

#### -----**Antonio Manuel Correia Vala (PSD):**-----

-----Referiu estar solidário com o que disse o senhor Presidente da Câmara fazendo uma pergunta: que diferença faz aprovar ou recusar esta proposta alteração que está na mesa, porque se fôr para recusar está solidário com isso, se isso tiver algum efeito.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD)**, disse que prescindia da palavra, uma vez que a sua

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

intervenção ia na mesma direcção do anterior interveniente. -----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Disse querer manifestar a sua profunda preocupação com este assunto, dizendo que a Junta de Freguesia de Serro Ventoso fez as reclamações em devido tempo relativamente ao POPNSAC, conjugadas com a questão do PDM e também com a questão do PROT.-----

-----Apelou ao senhor Presidente da Câmara que se faça qualquer coisa antes da aprovação deste último Plano, porque senão a situação tornar-se-á muito complicada principalmente na zona serrana, disponibilizando-se enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso e dizendo achar que as outras Juntas de freguesia também estarão solidárias com esta situação, por forma a arranjar formas de pressão para que este plano não venha a ser aprovado da maneira que está elaborado.-----

-----O senhor Presidente da Câmara respondeu a Manuel Vala dizendo que não faz diferença nenhuma, porque esta adaptação é uma exigência da lei.-----

-----Continuou depois dizendo que esteve em reunião na ANMP, que é onde os municípios têm alguma força, e esta Associação está solidária com este descontentamento. Referiu depois que os municípios da zona centro estão solidários com esta situação, dizendo que o PROT Norte também teve de ser retirado para levar algumas melhorias porque constataram que a situação iria ser complicada em termos de aprovação.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio para perguntar ao senhor Presidente da Câmara quais as consequências para o município se a Assembleia votar contra esta proposta de alteração, respondendo o senhor Presidente da Câmara que em termos práticos valerá pouco, mas que constituirá uma forma de protesto.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da Ordem de trabalhos – **Alteração ao Regulamento do PDM para adaptação ao Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros** posto a votação, tendo esta proposta sido **rejeitada por maioria, com uma abstenção de Vítor Louro Cordeiro**.-----

-----**Vítor Louro Cordeiro (PS)** pediu a palavra para dizer que no íntimo acha que o PDM deve cingir-se às regras do POPNSAC. No entanto, acha que o Parque deve é ter um plano consentâneo com os interesses da população.-----

-----**14. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse, referindo-se à informação em apreço, e que diz respeito à actividade desenvolvida pela Câmara Municipal no período que medeia entre a presente sessão e a anterior, que iria dispensar-se de a ler atendendo ao facto de esta ter sido antecipadamente distribuída por todos os deputados municipais.-----

-----Seguidamente disse que o senhor Vereador Julio Vieira apresentou aqui uma fotografia de um cruzeiro, dizendo que ainda bem que o fez porque este retrata fielmente o que foi implantado no Rossio, dizendo que tem ali uma imagem de Nossa Senhora que foi lá colocada no dia da Festa, tendo uma grinalda em flores enrolada no suporte do Cruzeiro, encimada por uma coroa de flores no topo. Disse ainda que isto foi devidamente estudado pelo Professor Saul Antonio Gomes e demais técnicos e que o que lá está retrata fielmente o que aqui está na foto.-----

-----**Antonio Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Usando da palavra disse que queria dar conta da reunião da Assembleia-geral da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral que teve lugar no período que mediou esta e a anterior

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sessão da Assembleia Municipal referindo que se apreciou e votou o Plano de Actividades e o Orçamento, não havendo nada de relevante interesse para esta Assembleia.

Disse depois que o senhor Presidente se referiu aqui a erros do passado, nomeadamente ao inflaccionamento do preço de alguns terrenos, dizendo que todos cometem erros e o que é necessário é as pessoas assumirem as suas responsabilidades em cada momento e tentar melhorar o futuro. Terminou desejando a todos um bom Natal e um bom Ano Novo.

**João Manuel Rodrigues Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal – PS):**

Começou por se congratular com o novo Centro de Saúde do Juncal que já está a funcionar, afirmando que a obra está excelente, estando a população satisfeita e agradecendo ao executivo camarário. Referiu-se depois às palavras do senhor Presidente da Câmara acerca da carencia de médicos que se avizinha manifestando a sua preocupação.

Acerca dos contentores do lixo permanecerem abertos, disse que já sugeriu à técnica da Câmara que a autarquia emitisse um pequeno cartaz para colocar nos contentores a fazer essa recomendação.

Salientou depois a situação de cães vadios na freguesia principalmente por altura da caça.

Congratulou-se depois por a Câmara Municipal continuar a manter as verbas que transfere para as freguesias.

**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**

Usando da palavra, referiu que a lei que regula as competências da Câmara Municipal é a Lei 5-A/2002 estando previsto no artigo 64º prevista a acção social como sendo uma competência da Câmara Municipal, não exclusiva é certo, por que senão o estado ficaria demitido desse papel. Nessa competência da Câmara Municipal e não aumentando a despesa, sugere que se retire 50% daquilo que está prevista para publicidade, o que daria para que as crianças carenciadas do nosso concelho e que só tomam uma refeição na escola, continuem a tomá-la ali aos fins de semana e durante as férias escolares, já que é um dado adquirido pela senhora vereadora na sua entrevista e pelo senhor Presidente da Câmara que também o referiu hoje aqui nesta Assembleia Municipal.

**Nuno Manuel Cordeiro dos Santos (PS):**

Usando da palavra e acerca dos cortes de energia que tiveram lugar recentemente em Porto de Mós, provocando prejuízos consideráveis, perguntou qual a estratégia da Câmara para resolver este problema.

Referiu-se depois às Conferências promovidas pela Assembleia Municipal e às palavras do senhor Presidente da Assembleia de ponderar se seria de continuar a investir neste tipo de iniciativas, dizendo que sim, que se deve continuar.

Quanto ao Cruzeiro, disse que está excelente, propondo apenas que se elevasse um pouco, pois fica diminuído em relação à envolvente que tem.

Disse ainda que não viu no Orçamento nenhuma verba relativa às futuras obras do Centro Pastoral da Igreja Paroquial da Mendiga, concretamente na parte que diz respeito à Casa Velório, pedindo para se criar uma dotação para esse fim.

**Antonio Rogério de Oliveira Vieira (Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras – PSD):**

Usou da palavra para fazer alguns comentários acerca do Regulamento sobre a área Cultural e Recreativa, dizendo que esteve aqui presente na reunião que aqui teve lugar com as

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

colectividades, e fê-lo enquanto membro de uma das associações e não como Presidente de Junta. Referindo-se ao ponto que aqui esteve em discussão, da credibilidade e estabilidade da Direcção, por andar na vida associativa associativa há muitos anos, entende bem esse ponto e está de acordo com ele, disse.

-----**Rui Fernando Correia Marto (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – PS):**-----

-----Referiu-se ao Centro de Saúde de Alqueidão da Serra e ao facto de a Câmara ter colocado lá pessoal para ajudar de imediato e que não vem aqui referida nesta informação da actividade da Câmara.

-----Fez depois menção à iniciativa do Pinheiro Amigo Natal Feliz, dizendo que seria de pensar a utilização de pinheiros naturais.

-----**Ana Maria Martins Narciso (PSD):**-----

-----Usando da palavra, disse que, parecendo ser consensual que se mantenham as iniciativas tomadas pela Assembleia Municipal de promover palestras, propunha que se convidasse o Professor Saul António Gomes, que esteve na pesquisa da replica do cruzeiro e que venha esclarecer até que ponto é que ele é responsável pela obra e toda a problemática associada.

-----O senhor Presidente da Assembleia respondeu à deputada dizendo-lhe que gostaria que ela o convidasse para ele estar presente na próxima sessão a fim de prestar esses esclarecimentos.

-----Disse ainda que gostaria de voltar a pedir ao senhor Presidente da Assembleia para enviar os anexos da acta de 09.02.2010, a todos os deputados, respondendo o senhor Presidente da Assembleia que seriam entregues na próxima sessão.

-----Referiu-se depois ao facto de as entradas no castelo passarem a ser pagas, perguntando se esse dinheiro não poderia ser canalizado para a revitalização cultural daquele espaço, dando continuidade a um projecto que já foi apresentando e divulgado e depois misteriosamente cancelado.

-----Disse ainda que doze mil euros daria para apetrechar toda a rede escolar com impressoras multiusos e fotocopiadores e tinteiros durante dois anos.

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Pedi a palavra para dizer que tem visitado algumas escolas, nomeadamente secundárias, dizendo ter ficado envergonhado em relação àquilo que o concelho tem, fazendo referencia entre outras à escola Domingos Sequeira. Disse ainda reconhecer que não é papel do executivo fazer este tipo de obras mas que a Câmara pode e deve usar da sua influência para que elas aconteçam. Disse ainda que essas obras devem ser feitas a olhar para o futuro.

-----O senhor Presidente da Câmara passou a usar da palavra para responder aos anteriores intervenientes, dizendo a António Pires quanto aos preços dos terrenos, que efectivamente é uma referência que vem detrás e temos que a acompanhar.

-----A **João Coelho** disse agradecer a referência que fez relativamente ao Centro de Saúde do Juncal, manifestando também a sua preocupação quanto ao cenário previsível da falta de médicos no concelho.

-----A **Olga Silvestre** disse que a solidariedade é posta em prática na Câmara Municipal de Porto de Mós nas mais variadas situações todos os dias. Referiu ainda uma iniciativa solidária que teve lugar no concelho na semana passada e que tem a ver com o Coração Amarelo.

-----A **Nuno Santos**, quanto aos cortes de energia, disse que já manifestou junto do NERLEI

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conjuntamente com alguns congéneres a sua preocupação por estes cortes de energia indo realizar-se uma reunião com vista à resolução deste problema.

-----Quanto à Casa Velório da Mendiga, referiu que quando o documento foi apresentado o Orçamento já estava concluído, mas que essa verba poderá sair de uma rubrica genérica, sendo os casos analisados pontualmente.

-----A **António Rogério** disse que não queria deixar de o felicitar pela excelente obra que este está a fazer como Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras.

-----A **Rui Marfo** respondeu que é necessário concluir as casas de banho da Extensão de Saúde. No que se refere aos pinheiros, disse não concordar, dado que sendo artificiais podem ser reutilizadas.

-----A **Ana Narciso** respondeu que não disse que o Professor Saul António Gomes é o responsável, mas sim que deu apoio, nomeadamente na identificação dos santos que lá estão, sendo que responsável pela obra é a Câmara Municipal de Porto de Mós.

-----Quanto ao Castelo disse que têm lá decorrido algumas actividades.

-----No que se refere às escolas do concelho de Porto de Mós, passou a elencar os instrumentos de apoio a alunos e professores existentes, acrescentando ainda que a Câmara intervém sempre que é solicitada e que é considerado necessário.

-----A **Carlos Venda**, disse, quanto à requalificação da escola do 1º ciclo de Porto de Mos, que está atento, acrescentando que esta passa antes de mais pela aquisição do terreno.

### -----PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

-----O senhor Presidente da Assembleia disse querer agradecer ao munícipe **José Conteiro** a amabilidade que teve em lhe comunicar que estaria aqui hoje e o motivo que o trazia aqui, cedendo-lhe depois a palavra.

-----**José Conteiro** usou da palavra dizendo que o que o tráz aqui são os militares mortos na Guerra Colonial e que pertenciam a este concelho, estando a fazer um registo, pois não se pode deixar que aconteça com estes homens o que aconteceu com os que estiveram na 1ª Guerra Mundial. Disse que tem conhecimento de que estes homens dezanove, tendo constatado também que existem três que não regressaram. Um desapareceu mas os outros dois sabe-se bem onde estão perguntando se esta comunidade não consegue trazer as ossadas destes dois homens.

-----Perguntou depois se não existe uma Praça ou um Largo em Porto de Mós onde se possa colocar um obelisco com o nome destes dezanove homens.

-----O senhor Presidente da Assembleia disse que este assunto é da máxima importância, não se podendo deixar cair, mas terá que ser feito de forma institucional, dizendo que ele próprio colocará um ponto na Ordem de Trabalhos sobre este assunto agendando-o para a próxima sessão da Assembleia Municipal, convidando José Conteiro, para proferir uma pequena dissertação sobre este tema, não como público mas como convidado, devendo ele redigir uma moção que depois se encaminhará para as entidades competentes. Poderá também fazer uma proposta à Câmara Municipal, para no futuro esta considerar a hipótese de colocação do obelisco referido numa Praça da Vila de Porto de Mós, a fim de preservar a memória destes homens.

-----**António Poças** usou depois da palavra dizendo congratular-se por ter assistido a um exemplo de elevado nível de democracia e de disciplina. Continuou cumprimentando o senhor Presidente da Câmara pelo seu dinamismo, dizendo achar que a autarquia está realmente interessada no desenvolvimento desta terra e na melhoria do nível de vida das populações. Acrescentou depois que esse dinamismo talvez tivesse necessidade do apoio da população sobretudo quando há

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alterações significativas ao património histórico, ao património cultural, sendo talvez necessária uma adequada audição das populações, porque se assim fosse muitos desentendimentos ficariam pelo caminho, passando a referir concretamente o caso do Parque Verde ou o caso da restauração da Praça do Município, dizendo estar convicto de que a Câmara tivesse promovido esse diálogo, possivelmente ter-se-ia entrado por outro caminho, um caminho em que os anseios das populações teriam sido mais bem esclarecidos, e portanto o património que nos foi legado, estaria hoje mais bem tratado. -----

-----Terminou apelando a que se abolissem as divisões e a que se preconizasse uma maior abertura para que esse património, possa ser passado para as gerações futuras de forma incólume. -----

-----**Carlos Vieira (PSD)**, disse querer felicitar o trabalho que o senhor Conteiro já teve e pedir à Câmara que fizesse tudo quanto for possível para responder aos anseios deste munícipe, porque também é nossa responsabilidade tornar imortais os que deram a vida pela Pátria. Sugeriu depois que se pensasse num memorial condigno para se colocar em Porto de Mós. -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo a António Poças que agradece as palavras de dinamismo que lhe dirigiu, tendo acrescentado que se se estiver à espera de consensos para realizar uma grande obra ela nunca será feita nem em Porto de Mos nem em lugar nenhum, dando alguns exemplos como a Casa Velório ou até o recente Cruzeiro. -----

-----Quanto a José Conteiro, disse que este trouxe aqui um assunto muito pertinente, que o toca de perto por ter sido amigo deles. Afirmou depois que como Presidente da Câmara se quer associar à vinda dos dois corpos. Quanto ao obelisco, disse que tomaria nota para se arranjar um espaço condigno para o efeito. -----

### -----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das *deliberações* 1. Grandes Opções do Plano para o ano 2011; 2. Orçamento da Receita e da Despesa para o ano 2011; 3. Mapa de Pessoal para o ano 2011; 4. Aprovação do Modelo de Estrutura Orgânica Câmara Municipal de Porto de Mós, nos termos do Artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro; 5. Regulamento e Tabela de Taxas e outras Receitas do Município de Porto de Mós; 6. Regulamento Municipal de Apoio ao Desenvolvimento Cultural e Recreativo do Município de Porto de Mós; 7. Regulamento Municipal da Realização de Operações Urbanísticas do Município de Porto de Mós; 8. Fixação da Taxa Municipal sobre Direitos de Passagem prevista na lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro – Lei das Comunicações Electrónicas; 9. Conselho Municipal de Educação; 10. Pedido de Declaração de Investimento de Interesse para a Região pela empresa REVESPERFIL, Perfis e Revestimentos, Lda.; 11. Proposta de Alteração do PDM; 12. Alteração ao Regulamento do PDM para adaptação ao Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros; tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade**. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 18.00 do dia 18 de Dezembro e para constar se lavrou a presente acta que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

---

---